

Quem disse ?

«O PS deve avançar com as suas políticas, procurando a estabilidade, mas sem trocar a alma por ela»

Manuel Alegre
Expresso, 23 de Outubro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1039 28 OUTUBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Presidente da Assembleia da República

Almeida Santos reeleito

Por proposta do Partido Socialista, Almeida Santos foi reeleito ontem presidente da Assembleia da República, tendo sido o único candidato a sufrágio. Juntamente com Almeida Santos, Manuel Alegre será na próxima legislatura o primeiro vice-presidente da Assembleia da República. Na mesma eleição, foram designados para o cargo de secretários Artur Penedos, José Reis e Rosa Albernaz. Rui Vieira continuará a presidir ao Conselho de Administração da Assembleia da República.

Terça-feira reuniu-se pela primeira vez o Conselho de Ministros do XIV Governo Constitucional, um dia depois de ter tomado posse, durante uma cerimónia no Palácio da Ajuda. O Conselho de Ministros decidiu adoptar sem alterações como programa do Governo o programa eleitoral que o PS apresentou nas últimas eleições legislativas.

O Conselho de Ministros considerou que, tendo sido esse o programa que foi sufragado pelo eleitorado, deveria assumi-lo como programa do próprio Executivo. Este documento será entregue na mesa da Assembleia da República amanhã, decorrendo o debate em plenário nos dias 3 e 4 de Novembro.

Na mesma reunião, o Conselho de Ministros aprovou também a nova lei orgânica do Governo, a qual prevê a existência de dois conselhos coordenadores, um para a área económica e o outro para o campo das questões sociais. Todos os ministros usaram da palavra durante a reunião do Conselho, que durou cerca de três horas.

O novo ministro da Defesa, Júlio Castro Caldas, interveio para defender o não preenchimento do cargo de secretário de Estado da Defesa, enquanto os tribunais não decidirem sobre o processo de Miranda Calha, que, nas suas palavras, é um homem bom e com as capacidades necessárias para o desempenho da função.

GUTERRES NA TOMADA DE POSSE DO XIV GOVERNO SAÚDE COM MAIS RECURSOS JUSTIÇA IGUAL PARA RICOS E POBRES



Perante centenas de convidados que encheram várias salas do Palácio da Ajuda, na segunda-feira, no seu discurso de tomada de posse, António Guterres garantiu que o XIV Governo Constitucional terá uma acção de natural continuidade face ao anterior, tendo o mesmo respeito pelas oposições, a mesma vontade de diálogo e um idêntico desejo de estabilidade política. Até 2003, no entanto, a Saúde será a principal área para afectação do crescimento dos recursos destinados aos sectores sociais. O primeiro-ministro fará também um esforço para uma maior igualdade entre homens e mulheres e anunciou que a Lei de Bases da Segurança Social será rerepresentada no Parlamento. O secretário-geral do PS pediu também um consenso para a reforma da tributação sobre o património e afirmou estar empenhado em combater os corporativismos na Justiça, impedindo, ao mesmo tempo, os expedientes que fazem com que os ricos escapem às decisões definitivas dos tribunais. No discurso de posse de António Guterres como primeiro-ministro, o Presidente da República disse ter interpretado os resultados eleitorais no sentido de que os portugueses renovaram a confiança no Governo e que desejam continuidade e estabilidade.

Sociedade & País

Ferro Rodrigues anuncia Aprovação da Lei de bases da Segurança Social é prioridade



A aprovação no Parlamento da proposta de Lei de Bases da Segurança Social será a «primeira prioridade fundamental» de Ferro Rodrigues quando reassumir a pasta do Trabalho e Solidariedade no novo Governo. A tentativa de aprovação daquele diploma, inviabilizado na última legislatura, foi anunciada no dia 21 por Ferro Rodrigues que se deslocou a Bruxelas para iniciar a preparação da presidência portuguesa da União Europeia (UE) - no primeiro semestre do próximo ano - no domínio social.

Sociedade & País

Macau Transferência exemplar



Uma «excelente cooperação» tem marcado a questão da transferência da administração de Macau de Portugal para a China. Quem o garante é o chefe de Estado chinês, de visita ao País dos Descobrimentos.



Um Governo para quatro anos

Hoje, com a tomada de posse dos secretários de Estado, completa-se o novo elenco governativo do Executivo socialista saído das eleições do passado dia 10 de Outubro.

Como afirmou o Presidente da República, Jorge Sampaio, na tomada de posse do Governo, na passada segunda-feira, «são conhecidos os desafios que o país atravessa nos anos vindouros», razão pela qual a actividade do Governo que agora inicia condições, mas também as das várias oposições, surge acrescida de maiores responsabilidades. Por isso disse que iria «estar atento à necessidade de prevenir bloqueios artificiais e inúteis».

Neste sentido, o actual quadro parlamentar, segundo Jorge Sampaio, reforça as responsabilidades quer do Governo quer das restantes forças político partidárias, visto que a decisão clara dos portugueses, manifestada no dia 10, traduz no essencial o desejo de estabilidade, de continuidade e de confiança na condução da acção governativa para os próximos quatro anos.

Já António Guterres, na sua intervenção, logo a seguir a tomar posse como primeiro-ministro do XIV Governo Constitucional, salientou que a política a seguir pelo novo Governo «insere-se naturalmente numa linha de continuidade», onde as pessoas estão em primeiro lugar. Daí a continuação da aposta na educação e sobretudo «no triângulo estratégico – educação, formação, emprego – como base para a realização integral das pessoas», numa sociedade cada vez mais moderna e complexa.

Num discurso marcadamente ideológico, Guterres recusou «considerar o poder político como um fim em si mesmo». Afirmando-se fiel aos princípios humanistas herdados dos valores do século das Luzes, salientou que o «socialismo democrático de hoje responde assim, sem complexos, com a valorização da cidadania à redescoberta da singularidade e da autonomia individuais, tão enfatizadas na cultura política das últimas décadas».

«Mas a síntese que nos inspira é particularmente inovadora na capacidade de combinar a história emancipadora e os valores da social-democracia europeia – a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a justiça social – com os contributos enriquecedores do humanismo cristão e dos que modernamente procuram interpretar, na esquerda, a melhor tradição do pensamento liberal, valorizando a iniciativa, a realização e a responsabilidade pessoais de cada cidadão», adiantou, salientando que esta continua a ser a matriz ideológica orientadora da acção governativa do XIV Governo Constitucional.

Um Governo que se insere naturalmente numa linha de continuidade, com o mesmo apreço pela estabilidade política, pelo respeito pelos outros órgãos de soberania, pelas regiões autónomas e pelos municípios, pelas oposições, pelas magistraturas e entidades independentes de controlo ou regulação. Isto é, o mesmo empenhamento no diálogo e na concertação com a sociedade civil.



UGT REPUDIA PACOTE LABORAL DA AD

«Objectivo do PS é congregar esforços para bater a AD», titulava o «AS» na sua primeira página de 29 de Outubro de 1981, numa alusão a uma análise da Comissão Política do partido.

Na página 15, com chamada de primeira página, o órgão oficial do PS dava conta que a UGT repudiava o pacote laboral do Governo AD.

Particularmente interessante nestes tempos da «terceira via», era a transcrição de um artigo de Emmanuele Plas, do «L'Unité» sobre o chamado «milagre» austríaco.

Segundo relatava o «AS», «a enviada especial de "L'Unité" a Viena dá-nos conta, nesta excelente reportagem, da insólita e calorosa social-democracia austríaca, na qual se prefere as dívidas aos desempregados, o nacionalizado ao privado e o debate ao conflito».

O «AS», como habitualmente, dava uma ampla cobertura da intensa actividade política das Secções do PS de norte a sul do País.

J. C. C. B.

29 de Outubro

Quem disse?

«Durmo melhor com 50 mil milhões de dívidas do que com 50 mil desempregados»

Bruno Kreisky



Guterres em «Focus» Equipa de políticos para concretizar reformas

O primeiro-ministro, António Guterres, justificou a opção pela constituição de um Executivo «com forte carácter político», porque pretende avançar com reformas na legislatura que se iniciou na passada segunda-feira.

Em entrevista à revista «Focus», Guterres sublinhou que o Governo saído das eleições legislativas de 10 de Outubro é novo porque tem um mandato diferente e não porque tem caras novas.

«Este é um Governo que tem uma nova legitimidade, houve uma nova eleição», respondeu António Guterres quando inquirido sobre a sua promessa de um «Governo novo».

«Todos os ministros cessaram funções e todos os ministros foram convidados para um novo Governo. O Executivo até poderia ser constituído pelas mesmas pessoas, mas é novo porque tem um mandato diferente», explicou ainda.

Questionado sobre a razão porque fez escolha assumidamente por políticos em detrimento de técnicos, para efectuar reformas, o primeiro-ministro frisou que «o problema das reformas não é um problema técnico».

«É um problema de afrontar um conjunto de interesses estabelecidos, lobbies enraizados e corporações por vezes omnipresentes», prosseguiu.

Relativamente à formação do Governo, Guterres afirma que o formou «em dois dias sem qualquer dificuldade e sem qualquer problema», adiantando que não teve nenhuma recusa «determinante» para a sua constituição.

Para a formação do Executivo, o chefe do Governo revela que se aconselhou «basicamente» com Jorge Coelho, Ferro Rodrigues e Pina Moura, mas que ouviu outras pessoas, «mesmo fora do PS, como Roberto Carneiro, e até amigos meus que nada têm a ver com a política».

Assembleia da República VIII Legislatura em marcha

A VIII Legislatura começou segunda-feira, na Assembleia da República, com a posse dos 230 deputados eleitos nas legislativas do passado dia 10.

A sessão plenária iniciou-se sob a presidência de Almeida Santos, para eleger os 34 membros da Comissão de Verificação de Mandatos, que analisou as eventuais substituições e renúncias de deputados. Os trabalhos do plenário foram suspensos após a escolha dos elementos da Comissão de Verificação de Mandatos e de Almeida Santos chamar para a mesa dois secretários, um do PS e outro do PSD. A Comissão reuniu-se logo a seguir para

verificar os deputados que estão em condições de assumir o mandato.

A sessão plenária recomeçou da parte da tarde para a posse dos 230 deputados.

Só os quatro maiores partidos terão deputados nas primeiras filas. A disposição das forças políticas será sensivelmente a mesma da legislatura anterior.

Os quatro deputados do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista «Os Verdes» vão sentar-se atrás dos parlamentares do PCP. A eleição do Presidente, Mesa e Conselho de Administração da Assembleia da República decorrerá na sessão plenária de hoje.

XIV Governo Constitucional Sampaio empossa secretários de Estado

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no dia 25, durante uma cerimónia no Palácio de Belém, o XIV Governo Constitucional, que também é o segundo chefiado pelo primeiro-ministro, António Guterres.

Os secretários de Estado da nova equipa governativa apenas deverão ser empossados hoje, já que na terça-feira e ontem, tanto o chefe de Estado, como o primeiro-ministro, acompanharam a visita oficial a Portugal do Presidente chinês, Jiang Zemin, em que o tema central das conversações foi o processo de transição de Macau das autoridades de Lisboa para Pequim, a 20 de Dezembro próximo.

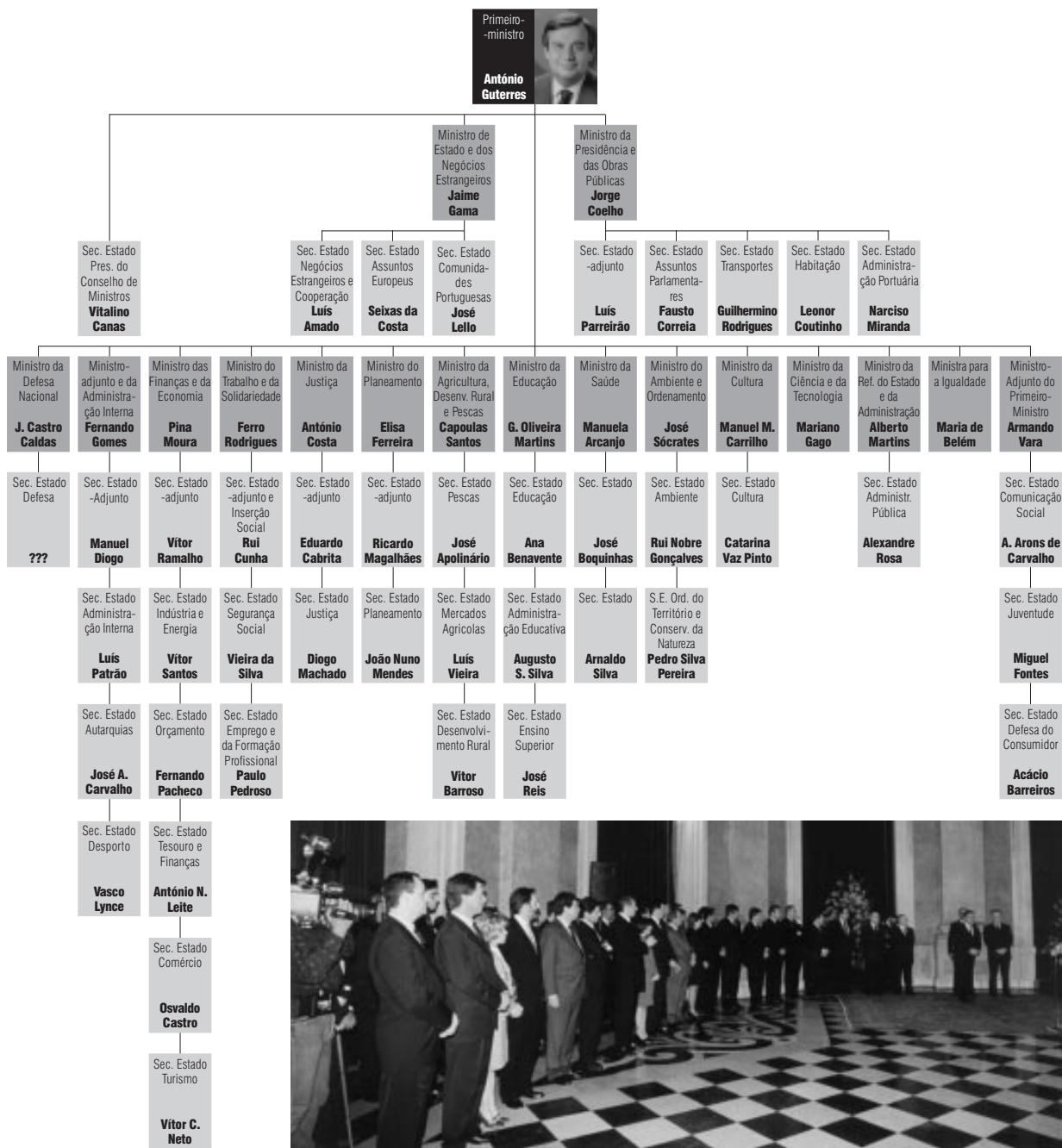
Com António Guterres, tomaram posse os ministros Jaime Gama (Estado e dos Negócios Estrangeiros), Jorge Coelho (Presidência e Obras Públicas), Júlio Castro Caldas (Defesa Nacional), Fernando Gomes (adjunto e da Administração Interna), Pina Moura (Finanças e

Economia), Ferro Rodrigues (Trabalho e da Solidariedade), António Costa (Justiça) e Elisa Ferreira (Planeamento).

Na mesma sessão, também por esta ordem, foram ainda empossados os ministros Capoulas Santos (Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas), Oliveira Martins (Educação), Manuela Arcanjo (Saúde), José Sócrates (Ambiente e Ordenamento), Manuel Maria Carrilho (Cultura), Mariano Gago (Ciência e Tecnologia), Alberto Martins (Reforma do Estado e da Administração), Maria de Belém (Igualdade) e Armando Vara (adjunto do primeiro-ministro).

Por ter um lugar na dependência directa do chefe do Governo, tomaram igualmente posse na segunda-feira, Vitalino Canas, que continuará a desempenhar as funções de secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. O programa de Governo será discutido, na Assembleia da República, nos dias 3 e 4 de Novembro próximos.

CONSTITUIÇÃO DO NOVO GOVERNO



SAÚDE COM MAIS RECURSOS JUSTIÇA IGUAL PARA RICOS E POBRES

Perante centenas de convidados que encheram várias salas do Palácio da Ajuda, na segunda-feira, no seu discurso de tomada de posse, António Guterres garantiu que o XIV Governo Constitucional terá uma acção de natural continuidade face ao anterior, tendo o mesmo respeito pelas oposições, a mesma vontade de diálogo e um idêntico desejo de estabilidade política. Até 2003, no entanto, a Saúde será a principal área para afectação do crescimento dos recursos destinados aos sectores sociais. O primeiro-ministro fará também um esforço para uma maior igualdade entre homens e mulheres e anunciou que a Lei de Bases da Segurança Social será reapresentada no Parlamento. O secretário-geral do PS pediu também um consenso para a reforma da tributação sobre o património e afirmou estar empenhado em combater os corporativismos na Justiça, impedindo, ao mesmo tempo, os expedientes que fazem com que os ricos escapem às decisões definitivas dos tribunais. No discurso de posse de António Guterres como primeiro-ministro, o Presidente da República disse ter interpretado os resultados eleitorais no sentido de que os portugueses renovaram a confiança no Governo e que desejam continuidade e estabilidade. Face ao carácter inédito de haver tantos deputados do PS como dos partidos da oposição, Jorge Sampaio admitiu vantagens e inconvenientes nesta nova situação híbrida, mas garantiu que não tolerará bloqueios artificiais ou inúteis.

No discurso de posse do XIV Governo Constitucional, o Presidente da República começou por sublinhar a ideia de os portugueses terem dado a António Guterres, no passado dia 10 de Outubro, um segundo «mandato de confiança na condução da acção governativa para os próximos quatro anos». Dos resultados das últimas eleições legislativas, o chefe de Estado salientou «a renovação do mandato e confiança na força política que governou o país nos últimos quatro anos, a estabilização da representatividade dos diferentes partidos, a emergência parlamentar de uma nova área política e o aumento significativo da abstenção».



Apesar de Jorge Sampaio considerar não ser a cerimónia de posse a melhor ocasião para iniciar uma profunda reflexão sobre os fenómenos atrás descritos, disse entender, no entanto, haver um «duplo sentido nos resultados eleitorais, quanto ao significado que encerram e às expectativas que exprimem. Eles traduzem um essencial desejo dos portugueses na estabilidade e continuidade políticas, mas espelham também sintomas inegáveis de alheamento, insatisfação e impulso para melhorar. No seu significado mais profundo estes são, por si só, sinais de grande complexidade», adiantou Jorge Sampaio, já que «as interrogações que suscitam são ainda ampliadas pelo facto de as vicissitudes próprias do sistema eleitoral terem produzido um resultado inédito e particular na distribuição dos mandatos parlamentares».

De acordo com o Presidente da República, na próxima legislatura, Portugal terá uma situação «em que nem é a de um Governo apoiado por maioria parlamentar absoluta nem, em contrapartida, a situação de Governo minoritário. Como acontece frequentemente nas situações de conjuntura política híbrida ou mista, também a que vamos viver tende a sofrer os inconvenientes, mas também a beneficiar das vantagens de cada uma daquelas modalidades típicas».

Em relação aos inconvenientes, o chefe de Estado disse ser sua missão: «Assegurar

que um sistema político cuja racionalidade foi testada ao longo de vinte anos dê plena garantia de capacidade da sua superação em coerência e estabilidade». Nos limites das suas funções constitucionais, frisou, continuará «a procurar garantir o equilíbrio, separação e interdependência dos poderes e o pluralismo democrático». Nesse sentido, «estarei atento à necessidade de prevenir bloqueios artificiais e inúteis», sublinhou no seu discurso.

Um Governo de legislatura inteira

No que respeita às vantagens do resultado das últimas eleições legislativas, Jorge Sampaio lembrou que, «de um lado, o Governo é para quatro anos, com segurança, mas também com as responsabilidades que isso comporta. De outro, é um Governo que, para corresponder às expectativas de reforma generalizadamente partilhadas, estará aberto aos contributos, anseios e propostas das restantes correntes políticas». Neste contexto, o Presidente da República também não esqueceu as responsabilidades das oposições.

«A responsabilidade que cai sobre as oposições não é menor nem menos clara», observou, antes de frisar que «delas depende igualmente que os próximos quatro anos sejam aproveitados na via do progresso e modernização do país e na melhoria das condições de vida dos por-

tugueses».

Para Jorge Sampaio, «são conhecidos os desafios que o país atravessa nos anos vindouros. Os diagnósticos estão, de uma forma geral, feitos. Os principais factores de bloqueio ao desenvolvimento estão identificados. Os diferentes projectos e propostas de solução tiveram tempo suficiente de maturação». Por essas razões, acrescentou o Presidente da República, «o tempo é, agora, de escolha e de realização. Os portugueses renovaram a confiança no Governo. De mim, como aconteceu até hoje, o novo Governo pode esperar toda a solidariedade institucional no quadro das minhas funções constitucionais de garante do regular funcionamento das instituições e da unidade do Estado», concluiu.

Palavras que logo a seguir foram retribuídas pelo primeiro-ministro, para quem «o Presidente da República poderá contar sempre, nos bons e nos maus momentos, com a solidariedade institucional do Governo, no respeito rigoroso das competências que a Constituição confere a cada um dos órgãos de soberania».

Sobre os próximos quatro anos, as primeiras referências de António Guterres foram para o povo de Timor-Leste. «Que-ro aqui assegurar aos timorenses, à resistência timorense, à igreja timorense, e a Xanana Gusmão, que o Governo português tudo fará, seguramente irmanado com todos os órgãos de soberania, for-

ças políticas e sociedade civil, para que regressem a Timor os que ainda vivem no exílio e se processe com pleno êxito a transição para a independência. O novo Timor independente constitui assim a primeira prioridade da política de cooperação do Estado Português», garantiu.

As prioridades do novo Governo

Até 2003, segundo o primeiro-ministro, a política do XIV Governo Constitucional «insere-se naturalmente numa linha de continuidade». Ou seja, haverá «o mesmo apreço pela estabilidade política, o mesmo respeito pelos outros órgãos de soberania, pelas regiões autónomas e pelos municípios, pelas oposições, pelas magistraturas e entidades independentes de controlo ou regulação». Como assegurou no seu discurso, em síntese, haverá «o mesmo empenhamento no diálogo e na concertação com a sociedade civil».

Em termos de reformas, António Guterres deixou bem claro que a «saúde será agora a principal prioridade na afectação do crescimento de recursos destinados aos sectores sociais, dado que entram em velocidade de cruzeiro, que será naturalmente sustentada, as políticas correspondentes às três grandes prioridades do mandato anterior: educação, emprego e combate à pobreza».

Para promover os chamados factores de modernidade do país, o chefe do Governo identificou como políticas a privilegiar a generalização da sociedade de informação e do conhecimento, a plena igualdade entre mulheres e homens, a qualidade de vida urbana para pessoas e a capacidade das nossas cidades se transformarem em factores decisivos da competitividade da economia. «No final do primeiro quartel do século XXI, serão países mais desenvolvidos os que agora generalizam as tecnologias da informação e permitirão a todos os seus cidadãos as condições de acesso à Sociedade de Informação e do Conhecimento», alertou António Guterres.

No entanto, em Portugal, ainda se verificam fenómenos de atraso que importa vencer e eliminar totalmente. O mais chocante, segundo o chefe do Governo, é «a diferença entre um sistema constitucional legal dos mais evoluídos do mundo e a enorme penalização que as mulheres ainda sofrem em Portugal nos diversos aspectos da vida», citando depois como exemplos casos que ocorrem na família, no emprego, «desde as desigualdades salariais à negação objectiva do direito à maternidade, na organização da sociedade e na vida política». Mas o primeiro-ministro foi ainda mais longe, lembrando que persistem em Portugal, «com bem maior frequência do que muitos pensam, práticas intoleráveis de violência familiar. Chegam a Portugal as ramificações das redes internacionais do tráfico de mulheres, bem como de crianças, uma das maiores vergonhas da Humanidade de hoje».

Face a este conjunto de motivos, segundo António Guterres, «a designação de uma ministra para a Igualdade é a prova



de que não nos resignamos com este estado de coisas, é a prova da nossa vontade de dar um forte impulso no caminho de uma sociedade paritária».

Segurança social regressa

Outro aspecto considerado vital pelo primeiro-ministro é a qualidade da vida urbana, estando prevista uma aposta decisiva nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, a par da valorização das cidades de média dimensão. Em termos imediatos, o Governo irá reapresentar de imediato ao Parlamento a proposta de lei de Bases da Segurança Social. Como salientou o secretário-geral do PS no seu discurso de tomada de posse, os orçamentos – rectificativo para 1999 e para 2000 - «darão um primeiro sinal de disponibilidade de meios financeiros programados ou em execução na saúde, para as quais não houve disponibilidade financeira no mandato anterior».

António Guterres disse também querer encontrar com rapidez um largo consenso parlamentar para a reforma da tributação sobre o património, sem qualquer aumento de receitas para o Estado e com os mecanismos de transição necessários a todas as grandes mudanças e as ressalvas destinadas a proteger os mais pobres. «Queremos criar um sistema simples, justo e não lesivo da eficácia económica», esclareceu.

O Governo, anunciou igualmente o chefe do Executivo, «tomará também brevemente um conjunto de iniciativas no domínio da Justiça». Ou seja, os socialistas, com

amplo consenso parlamentar, querem «impedir a utilização abusiva dos direitos e das garantias, que têm permitido aos mais ricos escapar à justiça. Queremos reduzir o carácter corporativo do sistema. Queremos introduzir o princípio da oportunidade, em paralelo com o princípio da legalidade, na investigação criminal, para combater melhor os crimes mais graves. Para tudo isto, é necessária a cooperação empenhada entre o Governo e as oposições. Todos teremos de assumir as nossas responsabilidades», declarou António Guterres.

O primeiro-ministro considerou, igualmente, que o país tem uma oportunidade única «para melhorar a Administração Pública, que se abre nos próximos anos pela generalização das tecnologias da informação e da profunda renovação de quadros permitida pelo elevado número de agentes da administração que se aproximam da idade da reforma» e cujo contributo para o país saudou.

Nova geração de socialistas

Antes de definir as principais prioridades da legislatura, o líder do PS recorreu à imprensa internacional para sublinhar que, «pela primeira vez, nelas foi confirmada a confiança do eleitorado a um executivo integrado na nova geração dos governos socialistas europeus. Nova geração empenhada em desmentir, na prática, através da acção concreta aos serviços dos respectivos povos, as teses do fim da História ou do declínio das ideologias». Para António Guterres, é na fidelidade aos

princípios do humanismo «que as Forças Armadas portuguesas intervieram ou intervierem na Bósnia ou no Kosovo. E foi a coerência revelada por Portugal na expressão dessa fidelidade, abdicando da indiferença e do egoísmo nacional, que nos deu a autoridade moral para exigir que intervisse, em defesa dos direitos do povo irmão de Timor, uma comunidade internacional tantas vezes conduzida pela lógica dos interesses materiais, ou submersa, pelo egoísmo, na indiferença de cada um aos direitos e aos sofrimentos dos outros».

Como salientou António Guterres, a síntese que inspira os socialistas «é particularmente inovadora na capacidade de combinar a história emancipadora e os valores social democracia europeia – a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a justiça social – com os contributos enriquecedores do humanismo cristão e dos que modernamente procuram interpretar na esquerda a melhor tradição do pensamento liberal, valorizando a iniciativa, a realização e a responsabilidade pessoais de cada cidadão». Ainda balizando bem os valores do socialismo democrático, o secretário-geral do PS referiu que «descrei das virtualidades de um Estado fortemente proprietário. Mas não aceita o conceito de Estado mínimo. Por isso, continuaremos a construir um Estado forte e regulador, independente do poder económico, capaz de assegurar a transparência no funcionamento dos mercados, de defender a concorrência e proteger os consumidores, ao mesmo tempo que intervir, no plano social, para assegurar a coesão económica nacional, na justiça e na equidade».



PERFIS



Primeiro-ministro
António Guterres

António Manuel de Oliveira Guterres, primeiro-ministro, nascido em 30 de Abril de 1949, é natural de Santos-o-Velho, Lisboa. Viúvo, tem dois filhos.

Da sua formação académica destaca para a licenciatura em 1971 em Engenharia Electrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico, com a classificação final de 19 valores.

Como formação complementar tirou em 1972 o Curso de Pós-Graduação «Economia para Engenheiros», no Instituto Superior Técnico.

Como currículo político, é, desde Outubro de 1995, primeiro-ministro, tendo sido reconduzido no cargo, na sequência das eleições de 10 de Outubro.

Desde Setembro de 1992 é vice-presidente da Internacional Socialista, organização que agrupa mais de cem partidos e organizações socialistas e sociais-democratas à escala mundial, estando prestes a ser o presidente desta organização.

Desde 1991 é membro do Conselho de Estado e foi de 1979 a 1995 presidente da Assembleia Municipal do Fundão.

Foi deputado da Assembleia da República pelo Partido Socialista de 1976 a 1983 e de 1985 a 1995.

De 1985 a 1988 foi presidente da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, da Assembleia da República.

Membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que agrupa os parlamentos de todos os países democráticos europeus de 1981 a 1983, presidiu em 1983 à Comissão Parlamentar de Demografia, Migrações e Refugiados da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

De 1977 a 1979 foi presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças da Assembleia da República.

É o secretário-geral do Partido Socialista desde Fevereiro de 1992.

De 1988 a 1991 foi presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

De 1980 a 1987 coordenou a CTE - Comissão Técnica Eleitoral, tendo sido desde 1977 e até 1981 membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista e coordenador do Gabinete de Estudos do Partido Socialista.

Do seu vasto currículo profissional constam, entre outras funções, a de director de Desenvolvimento Estratégico do IPE (Investimentos e Participações do Estado, SA) entre 1984 e 1985, sendo responsável pelo desenvolvimento de «joint-ventures» com empresas estrangeiras em áreas de elevado nível tecnológico.

De 1983 a 1984 foi chefe de Divisão do Plano Director do Gabinete da Área de Sines (Novo porto de águas profundas pólo urbano e industrial na costa portuguesa), tendo sido ainda de 1976 a 1979 membro da Comissão de Integração Europeia (Comis-

são Negociadora de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia).

Exerceu as funções de adjunto do ministro das Finanças do VI Governo Provisório, Francisco Salgado Zenha, de 1975 a 1976.

Foi em 1975 adjunto do ministro Sem Pasta do IV Governo Provisório, Mário Soares.

De 1974 a 1975 exerceu as funções de chefe de Gabinete do secretário de Estado da Indústria do I, II e III Governos Provisórios, José Torres Campos.

Foi de 1973 a 1974 chefe de Divisão do Planeamento Técnico e Industrial do Gabinete da Área de Sines e em 1973 pertenceu ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros (Departamento Central de Planeamento).

Do ponto de vista associativo, António Guterres é militante desde 1974 do Partido Socialista, tendo sido em 1973 fundador, primeiro vice-presidente e actual sócio n.º 1 da DECO - Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor.

De 1970 a 1996 foi membro da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.

Pertenceu de 1968 a 1972 à JUC - Juventude Universitária Católica.

António Guterres participou ainda em diversas conferências internacionais e dirigiu em 1979 o grupo de trabalho que elaborou o documento «10 Anos para Mudar Portugal - Programa do Partido Socialista para os Anos 80», apresentado no Congresso Nacional do Partido Socialista de 1979.



Adjunto
Armando Vara

Armando António Martins Vara, 45 anos, novo ministro-adjunto, destacou-se na missão dos refugiados do Kosovo enquanto secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna.

Nasceu em Vilar de Ossos, distrito de Bragança, começando desde cedo a trabalhar ao mesmo tempo que estudava.

Estreou-se na vida política em Bragança, onde integrou, entre 1976 e 1985, a Assembleia Municipal.

Em 1984 foi deputado pelo PS, na Assembleia da República, mantendo sempre estreita ligação à terra natal, onde conservava as funções de secretário-coordenador da Federação Distrital.

Fez ainda parte de várias comissões parlamentares e da Comissão política do Partido Socialista.

Integrou a comissão política da candidatura de Jaime Gama a secretário-geral do PS, no VIII Congresso do partido.

Antes de ser chamado, pela primeira vez, para o governo de António Guterres, em 1995, candidatou-se à presidência da Câmara Municipal da Amadora, que perdeu por escassos três mil votos, e onde se manteve enquanto vereador, durante alguns meses.



Adjunto e Administração Interna
Fernando Gomes

Presidente da Câmara do Porto desde 1989, Fernando Gomes, 53 anos, foi

o escolhido por António Guterres para tutelar o Ministério da Administração Interna, sendo também adjunto.

Natural de Vila do Conde, onde nasceu a 13 de Abril de 1946, filho de pai alfaiate e mãe modista, Fernando Gomes filiou-se no PS em 1974 e, dois anos depois, conseguiu o seu primeiro emprego, o de presidente da Câmara que o viu nascer, mantendo-se no cargo até 1981.

Gomes, que ascende pela segunda vez a cargos governativos - foi secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no IX Governo Constitucional -, foi também eurodeputado em Estrasburgo, função que acumulou com a da edilidade portuense até 1993.

Não sendo um homem do aparelho do partido, Gomes, licenciado em Economia, conta, contudo, com o apoio indesmentível do PS, fruto dos bons resultados que tem sucessivamente obtido para os socialistas no distrito do Porto.



Agricultura
Capoulas Santos

Capoulas Santos, reconduzido como ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das

Pescas é um conceituado especialista nesta matéria.

Sociólogo de formação, mas técnico agrícola por convicção, Luís Capoulas Santos ocupa a pasta da Agricultura desde Outubro de 1998, na sequência da demissão de Gomes da Silva, de quem era secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Assumiu um cargo que ele próprio caracterizou de «alto risco» imbuído de um espírito apaziguador, numa altura em que o sector se confrontava com alguns problemas, desde a suinicultura, à bovinicultura, passando pela pesca e pela caça.

Apreciado no seio de algumas associações do sector «pela sua capacidade negocial», restabeleceu as boas relações com a CAP que estava em conflito com o seu antecessor Gomes Silva, e mediu o conflito entre armadores e pescadores.

Foi o mentor da nova lei de bases da caça, que tanta polémica suscitou desde os tempos do Governo PSD.

A doença das «vacas loucas» e a Agenda 2000 foram outros dos desafios que enfrentou com êxito, tendo sempre batido o pé a Bruxelas com determinação e vigor.

Militante socialista desde 1976, Capoulas Santos foi vereador e membro da Assembleia Municipal na Câmara de

Montemor-o-Novo (1976/1995), presidente da Federação Distrital de Évora do PS (1993/95), deputado eleito pelo círculo eleitoral de Évora entre 1991 e 1995, cargo que abandonou para ascender a secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ainda a «braços» com o problema da BSE, e consequente embargo, Capoulas Santos continuará a enfrentar nos próximos quatro anos a contestação própria de um sector que há já largos anos sobrevive à custa dos subsídios comunitários.



Ambiente e Ordenamento
José Sócrates

Depois de conseguir para Portugal a organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004, Sócrates abandona o

cargo de ministro-adjunto do primeiro-ministro para ocupar a pasta do Ambiente e Ordenamento.

É o regresso de José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, 42 anos, a uma área que ocupou inicialmente no Governo.

Licenciado em Engenharia Civil, o ministro do Euro2004 foi entre 1991 e 1995 o porta-voz do PS para as questões ambientais.

Indefectível de Guterres, eleito deputado no mesmo círculo do primeiro-ministro - Castelo Branco - o novo governante entrou na vida política em 1974, na JSD.

José Sócrates junta-se ao PS em 1981, numa altura em que Mário Soares «resgata» o partido a Salgado Zenha e ao denominado grupo do ex-Secretariado.

Em 1992, com a ascensão de António Guterres à liderança do PS, José Sócrates chega ao topo do Partido com um grupo de socialistas da sua geração, como António José Seguro, Armando Vara e Jorge Lação. Ocupa o cargo de secretário de Estado do Ambiente durante metade da legislatura, transitando depois para o gabinete de Guterres. Sócrates marcou o mandato não só com a conquista da organização do Euro2004, mas também com o decreto que torna obrigatória a actualização anual do valor do seguro automóvel.



Ciência e Tecnologia
Mariano Gago

Mariano Gago, reconduzido na pasta da Ciência e da Tecnologia, é, desde 1971, engenheiro

electrotécnico pelo Instituto Superior Técnico, tendo-se doutorado, cinco anos depois, em Física, na Universidade de Paris. José Mariano Rebelo Pires Gago, 52 anos, inaugurou em Portugal, com o anterior Governo, a pasta ministerial da Ciência e da Tecnologia e é, de facto, quem em Portugal vai abrindo as portas à nova Sociedade da Informação.

O ministro, que condecorou o aparelho de

científico nacional obrigando-o a enfrentar processos de avaliação internacional independente, também legislou, nesta área e na regulação de princípios básicos do sector emergente do comércio electrónico, entre outros.

Antes do termo do mandato que os socialistas renovaram a 10 de Outubro, o independente José Mariano Gago lançou as bases para o que vai ser a presidência portuguesa da União Europeia na área das medidas relacionadas com a Sociedade da Informação.

Desde professor catedrático a Bolseiro da Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN), estrutura de que foi adido científico em 1978, Mariano Gago apresenta um currículo pesado a que pode acrescentar-se, entre muitas outras experiências de liderança, a de presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, entre 1986 e 1989.



**Cultura
Manuel Maria
Carrilho**

Reconduzido como ministro da Cultura, Carrilho dedicou o anterior mandato às «causas» do património, do livro, à criação, descentralização e internacionalização.

Natural de Viseu, 48 anos, Manuel Maria Carrilho doutorou-se em Filosofia em Lisboa. Dedicou-se ao ensino na Universidade de Nova de Lisboa e escreveu uma extensa bibliografia.

Militante do Partido Socialista desde 1986, foi membro do Clube da Esquerda Liberal, e viria a ser escolhido por António Guterres para ministro da Cultura do novo Governo socialista em 1995.

Assim que assumiu a pasta no Executivo, enfrentou a grande polémica da preservação das gravuras rupestres de Foz Côa, o que lhe traria a sua primeira vitória política e o reconhecimento com projecção internacional, após a classificação da área como Património Mundial da Humanidade.

Investiu na criação de novos recintos de espectáculos um pouco por todo o país, reforçou intervenções nos museus, reestruturou o Instituto Português do Património Arquitectónico, criou uma Lei de Bases do Património, que não obteve aprovação no Parlamento.

A sua imagem esteve associada a outros momentos de glória além de «salvar» as gravuras rupestres, como a escolha do Porto para Capital de Cultura 2001 (que vai poder acompanhar na nova legislatura) da criação do Museu de Arte Contemporânea de Serralves e da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a um autor português.



**Defesa
Castro Caldas**

Júlio Castro Caldas, novo ministro da Defesa, nasceu há 56 anos, em Lisboa, e foi na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que entrou no mundo da política.

O novo governante dividia a sua actividade entre a Associação de Estudantes e a

sua paixão pelo *rugby*. Nessas lides conheceu Jorge Sampaio e José Vera Jardim.

Contestarário moderado do antigo regime, resolve integrar o movimento «Acção Católica», que pretendia, ainda que de forma moderada, liberalizar o regime de Salazar.

Esse objectivo não lhe seria perdoado e, mais tarde, quando cumpria o serviço militar, descobriu que os seus passos eram seguidos pelos inspectores da PIDE.

As tendências social-democratas reforçam-se em Maio de 1974, quando, com Sá Carneiro, Magalhães Mota e Pinto Balsemão e outros, está na primeira linha do lançamento do PPD.

Na mesma época, foi chefe de Gabinete de Francisco Sá Carneiro e ministro sem pasta do I Governo Provisório.

Pouco tempo depois, experimenta a assessoria jurídica na Presidência da República, com Ramalho Eanes, mas em 76 afasta-se da política, depois de Sá Carneiro ser aclamado no Congresso de Aveiro.

Em 1979, põe fim ao «exílio» político e é eleito deputado pela Aliança Democrática (AD), recusando o lugar de líder parlamentar. Aceita a vice-presidência, onde se mantém até 1985, quando volta a virar as costas à política.

Castro Caldas afastou-se progressivamente do partido e das ideias de Cavaco Silva. A sua eleição como Bastonário da Ordem dos Advogados dá-se a 11 de Dezembro de 1992 e é aí que começa a sua cruzada contra o partido que ajudou a fundar.



**Educação
Guilherme
d'Oliveira
Martins**

Guilherme d'Oliveira Martins, 47 anos, novo ministro da Educação, apresenta um percurso científico e político bastante abrangente.

Como secretário de Estado da Administração Educativa foi o grande negociador do ministro da Educação, Marçal Grilo: com as organizações sindicais e com o ministro das Finanças, Sousa Franco, de quem foi chefe de gabinete em 1979. Ocupou um lugar importante no Ministério da Educação, principalmente do ponto de vista político, atendendo à boa ligação que mantém com dirigentes socialistas, nomeadamente com António Guterres.

Nascido em Lisboa, licenciou-se em 1974 e fez o mestrado em Direito em 1981, na Faculdade de Lisboa, onde foi assistente entre 1977 e 1985. Foi regente das disciplinas de direito financeiro e direito de economia na Universidade Internacional de Lisboa desde 1987.

No plano político, foi fundador da Juventude Social Democrata em 1974 e abandonou o PSD em 4 de Abril de 1979, tendo depois participado na fundação e direcção da ASDI, uma dissidência de esquerda do PPD, de 1979 a 1985.

Pertenceu à comissão executiva da Convenção da Esquerda Democrática, foi deputado à Assembleia da República nas segunda e terceira legislaturas, por Santarém e Lisboa, respectivamente, per-

teceu à comissão política do MASP (85/86) e presidiu à assembleia de freguesia de Santos-o-Velho (Lisboa) entre 1985 e 1989.

Entre outros cargos, foi também presidente do conselho coordenador da SEDES, uma associação para o desenvolvimento económico e social.



**Estado
e Negócios
Estrangeiros
Jaime Gama**

Jaime Gama foi um dos ministros mais populares do Governo de António

Guterres e não surpreende ninguém a sua promoção a ministro de Estado juntamente com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

O incansável trabalho desenvolvido pelo chefe da diplomacia portuguesa no problema de Timor-Leste justificam que Jaime José Matos da Gama reforce a sua condição de homem forte do Executivo. Gama não só conduziu de forma exemplar o *dossier* Timor-Leste como «socorreu» António Guterres ao acumular as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, após a saída de Veiga Simão, em Maio último.

Nascido a 8 de Junho de 1947, na freguesia de Fajã de Baixo, São Miguel, Jaime Gama frequentou o curso liceal em Ponta Delgada, onde se iniciou nas actividades de oposição ao antigo regime que lhe valeram a prisão em 1965.

Licenciado em Filosofia e Ciências Pedagógicas, Gama foi professor do ensino secundário e jornalista e aderiu à Associação Socialista Portuguesa em 1965.

Ministro da Administração Interna em 1978 e dos Negócios Estrangeiros entre 1983 e 1985, Jaime Gama coordenou a campanha eleitoral nas legislativas de 1983 e integrou a Comissão Política da candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

Gama foi duas vezes candidato à liderança do PS, mas perdeu primeiro com Vítor Constâncio e depois com Jorge Sampaio.



**Finanças
e Economia
Pina Moura**

Pina Moura, 47 anos, ex-comunista e ex-dirigente da Plataforma de Esquerda,

continua a ser um dos homens fortes do Executivo liderado por António Guterres, acumulando agora as pastas das Finanças e da Economia. Capacidade de trabalho, empenho e dedicação foram algumas das qualidades que António Guterres lhe diagnosticou quando lhe atribuiu um papel destacado na organização dos Estados Gerais do PS, em 1995.

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura aderiu ao Partido Socialista em Setembro de 1995 e, cumprida metade da legislatura, transitou da secretaria de Estado para o Ministério da Economia, substituindo Augusto Mateus.

O actual ministro das Finanças e da Economia aderiu à UEC (União dos Estudan-

tes Comunistas) em 1972 e chegou a ser candidato à Assembleia Nacional pelo MDP um ano depois.

A ruptura com o PCP dá-se em 1991. Pina Moura funda alguns anos mais tarde a Plataforma de Esquerda e inicia uma aproximação ao PS, com José Luís Judas e Barros Moura, que o acaba por levar a um dos lugares de topo na Comissão Política da família socialista.



**Igualdade
Maria de
Belém**

Maria de Belém, actual ministra da Saúde e escolhida por António Guterres para inaugurar o Ministério da Igualdade,

de, conseguiu ao longo do seu mandato ganhar a simpatia dos portugueses e geriu um dos sectores mais difíceis. A classe médica foi, no entanto, a que mais contestou a ministra, tendo protagonizado uma greve «self-service» que, até para alguns profissionais do sector, se mostrou imperdoável, dividindo nomeadamente os principais sindicatos.

Mas foi esta mesma classe que foi abalada pelo escândalo das «ligações perigosas» aos laboratórios, despoletado durante o mandato de Belém. O diálogo e a simpatia da ministra foi, assim que tomou posse, em Outubro de 1995, realçado por todos - médicos, enfermeiros, farmácias, associações - mas a pasta da Saúde sempre se mostrou extremamente difícil.

Com 50 anos, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina prepara-se agora para novos desafios, não podendo ser alvo de comparações, pois tem à sua espera uma pasta em «primeira mão».

Há quatro anos, quando tomou posse como ministra da Saúde, abraçou a política pela primeira vez, enquanto independente escolhida por António Guterres. Esperava-a uma «tarefa ciclópica», como a própria reconheceu na altura. Não se enganou.

Antes da política, Maria de Belém Roseira foi administradora-delegada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia e chefe de gabinete do ex-ministro da Saúde Maldonado Gonet (1984 a 1985).

Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (1972), concluiu o estágio de advocacia em 1973 e foi sócia-fundadora da Associação Portuguesa de Segurança Social, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, da Associação «Recomeçar» e da Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco de Xavier.

Na sua carreira profissional conta-se a passagem pela Direcção-Geral de Previdência (hoje Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social), a cujo quadro pertence com a categoria de assessora principal.

Foi assessora jurídica em vários gabinetes de membros do Governo na área do trabalho e dos assuntos sociais.

Requisitada de 1982 a 1983 como técnica superior principal no secretariado nacional de reabilitação, foi chefe do gabinete do então Foi provedora-adjunta da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de

1988 a 1992, desempenhando, desde 1992, o cargo de administradora-delegada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil.



**Justiça
António Costa**

António Costa, conhecido pela sua capacidade negocial, chega aos 38 anos a titular da pasta da Justiça, depois de se ter estreado como

ministro aos 36 frente dos Assuntos Parlamentares.

O jovem ministro António Costa sucede a Vera Jardim num dos lugares mais importantes do governo, mas simultaneamente um dos mais difíceis, tanto mais que a crise há muito se instalou na Justiça.

António Luís dos Santos da Costa é filho da jornalista Maria Antónia Palla e do escritor Orlando Costa, tendo nascido nasceu em Lisboa a 17 de Julho de 1961.

Despertando muito cedo para a política - aos 14 anos já era militante da JS -, António Costa é licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa, onde foi líder da Associação Estudantes, após uma hábil aliança com os comunistas e a UDP.

Fez estágio de advocacia no escritório de Jorge Sampaio, Vera Jardim e Castro Caldas, tendo transitado para a Comissão Política do PS quando Vítor Constâncio era secretário-geral dos socialistas.

No seio do PS, a sua paixão de sempre, António Costa ascendeu a secretário-geral da FAUL, cargo que perdeu em 1992, para João Soares, por apenas sete votos em cerca de 700 delegados.

Eleito deputado nas legislativas de 6 de Outubro de 1991, António Costa foi escolhido para director de campanha da candidatura presidencial de Jorge Sampaio, ajudando o antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa a derrotar Cavaco Silva por margem folgada.

Antes, António Costa esteve muito perto de ganhar a Demétrio Alves a presidência da Câmara de Loures, nas autárquicas de 1993.

Tendo sido considerado por Almeida Santos como «o melhor secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares de sempre», antes de se tornar ministro naquela pasta, António Costa teve ainda um papel relevante na tutela da Expo-98.



**Planeamento
Elisa Ferreira**

Elisa Maria da Costa Guimarães, de 43 anos, frequentemente distinguida pelo seu feito combativo, deixa como principal herança de quatro

anos de funções à frente da pasta do Ambiente a revisão do acordo luso-espanhol para a partilha de recursos hídricos, assinado em 1998, depois de prolongadas negociações, que começaram no último Executivo de Cavaco Silva.

Licenciada pela Faculdade de Economia do Porto, a ministra é também doutorada pela Universidade de Reading (Reino Uni-

do), tendo já desempenhado as funções de vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa e na Comissão de Coordenação da Região Norte, onde tutelou a Comissão Executiva da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave.



**Presidência
e Obras Públicas
Jorge Coelho**

Jorge Coelho, novo ministro da Presidência e das Obras Públicas, é o «número dois» da estrutura hierárquica do PS e

tem sido desde 1992 um dos mais directos colaboradores de António Guterres, quer como secretário-geral quer como primeiro-ministro.

No governo, é o «número três» do primeiro-ministro.

Natural de Contenças, concelho de Mangualde, Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, 45 anos, começou por basear a sua enorme influência política no domínio da máquina socialista.

No primeiro Governo de António Guterres, Coelho começou por ocupar o lugar de ministro-adjunto do primeiro-ministro, tutelando as áreas da comunicação social, toxicod dependência e administração pública.

Após o abandono do Executivo de António Vitorino, em 1997, assumiu a pasta da Administração Interna, apenas conservando a administração pública do seu anterior ministério na Rua Gomes Teixeira.

Essa missão na Administração Interna, porém, obrigou-o a afastar-se do aparelho partidário, deixando o lugar de coordenador da Comissão Permanente do PS para António José Seguro.

Jorge Coelho iniciou-se na actividade política pela extrema-esquerda, tendo militado após o 25 de Abril em movimentos como a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Reconstruído, ou pelo Partido Comunista Reconstruído, que mais tarde deu origem à formação da UDP (União Democrática Popular).

Filiou-se no PS em 1983, e em termos políticos, dentro do PS, Jorge Coelho desempenhou funções de coordenação na campanha do MASP-I (entre o final de 1985 e 1986).

No entanto, com a saída de Mário Soares para o Palácio de Belém, Coelho apoiou Vítor Constâncio para o lugar de secretário-geral e não Jaime Gama.

Em 1992, surge na primeira linha da bem sucedida candidatura de António Guterres para a liderança do partido.

Actualmente, como Jorge Coelho, apenas Jaime Gama dispõe de tanto peso político junto do primeiro-ministro e no xadrez da máquina socialista no poder.



**Reforma do
Estado e da
Administração
Alberto
Martins**

Alberto Sousa Martins, 54 anos, licenciado em Direito pela Universida-

de de Coimbra, foi um dos mais desta-

cados dirigentes do PS, quando o Partido foi liderado pelo actual presidente da República, Jorge Sampaio. O governante mantém uma forte ligação ao actual chefe de Estado desde os tempos em que ambos militaram no MES (Movimento da Esquerda Socialista).

Foi pela mão de Sampaio que aderiu ao PS no final da década de 80, no tempo da liderança de Vítor Constâncio, mas em 1987 já havia sido eleito pelos socialistas deputado pelo Porto, como independente.

O próximo ministro da Reforma do Estado e da Administração foi presidente da Associação Académica de Coimbra em 1969, ano da revolta estudantil que fez tremer o regime de Salazar.

A irreverência custou-lhe a expulsão da Faculdade de Direito de Coimbra e uma passagem pelas cadeias da PIDE DGS e da Polícia Judiciária, bem como a incorporação compulsiva nas fileiras do Exército, juntamente com mais 50 estudantes que com ele participaram na crise académica.

Após o 25 de Abril, Alberto Martins foi militante do MES até 1978, integrou o movimento Nova Esquerda em 1982 e fez parte da comissão política da candidatura presidencial de Maria de Lurdes Pintassilgo.



**Saúde
Manuela
Arcanjo**

Manuela Arcanjo, responsável por três Orçamentos de Estado do anterior Governo socialista, vai agora enfrentar no ministério da Saúde um défice orçamental de 330 milhões de contos e dívidas de 110 milhões de contos.

A economista de 45 anos, que se demitiu do cargo de secretária de Estado do Orçamento em 1998, era considerada pelos colegas de governo «muito competente e rigorosa com os números», mas «sempre num clima de grande diálogo».

«Gosto de tratar os números com rigor. Nunca os altero para os tornar mais favoráveis. Os Orçamentos de Estado deste Governo não são maquilhados», afirmou, em Novembro de 1996, a propósito do Orçamento para o ano seguinte.

A actividade política da «ministra do euro» - como também lhe chamavam alguns colegas de governo, numa alusão ao papel que desempenhou no cumprimento dos critérios de convergência da moeda única - iniciou-se com a participação nos Estados Gerais para Uma Nova Maioria, pela mão do amigo, colega de faculdade e ministro da Economia, Joaquim Pina Moura.

Manuela Arcanjo já tinha desenvolvido um conjunto de estudos na área da Segurança Social, pelo que foi convidada para membro do conselho coordenador das políticas de solidariedade, juntamente com Ferro Rodrigues, e do grupo de redacção do programa eleitoral do Partido Socialista para aquela área. Os problemas do sistema de saúde português não são totalmente desconhecidos de Manuela Arcanjo, que em 1995

integrou o comité de coordenação do projecto «Repensar o Estado-Providência. Um desafio para o Sector Privado», do Forum dos Administradores de Empresas.

Foi ainda investigadora nacional dos projectos comunitários «A Convergência dos Sistemas de Protecção Social na Europa» entre 1992 e 1995, «Financiamento da Protecção Social na Europa», entre 1993 e 1994 e do «Rendimento Mínimo Garantido», em 92/93.

Nascida em Almada a 12 de Abril de 1954, Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa, licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 1978.

Doutorada em Economia pelo ISEG em 1992, tornou-se professora auxiliar deste instituto desde essa data. Membro do Conselho Científico e do Conselho do Departamento de Economia daquela instituição de ensino, abandonou a actividade académica em 1995, para aceitar o convite de António Guterres, passando a integrar o governo socialista, como independente.

Quando anunciou ter aceite a demissão de Manuela Arcanjo, o primeiro-ministro não lhe poupou elogios, afirmando que desempenhou «um papel muito importante» para a entrada de Portugal na moeda única.



**Trabalho
e Solidariedade
Ferro
Rodrigues**

Ferro Rodrigues foi um dos ministros de António Guterres que mais se distinguiram nos últimos quatro anos, tendo sido mesmo elevado à categoria de «estrela» no último Executivo socialista.

Na sequência da remodelação governamental de 1997, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues, 50 anos, foi igualmente um dos poucos membros do Governo que ampliou o seu poder, juntando à solidariedade e à Segurança Social, a área do trabalho, após a saída de Maria João Rodrigues desta pasta.

Durante a recente campanha eleitoral, foram sectores por si tutelados na última legislatura aqueles que mais foram reivindicados por Guterres como eventuais sucessos do Governo, casos do Rendimento Mínimo Garantido e da recuperação financeira da Segurança Social.

Licenciado em Economia e Finanças em Lisboa, Ferro Rodrigues é sportinguista, pai de dois filhos, um deles a Rita, conhecida da televisão.

Juntamente com Jorge Sampaio, Ferro Rodrigues foi um dos fundadores do MES (Movimento de Esquerda Socialista) em 1974. A sua filiação no PS data de 1986.

Deputado a partir de 1987, desempenhou funções de coordenação na área da Economia dentro do Grupo Parlamentar do PS.

Apoiou Vítor Constâncio contra Jaime Gama na corrida à liderança do PS em 1996 e esteve até ao último dia ao lado de Sampaio quando o actual chefe de Estado ocupou o lugar de secretário-geral do partido do Governo.

ALIMENTAÇÃO

ONU alerta

DE 8 EM 8 SEGUNDOS MORRE UMA CRIANÇA POR FALTA DE COMIDA

No final do milénio, com todos os avanços científicos e tecnológicos, este capitalismo global reinante continua a provocar tragédias que merecem profunda reflexão, mas, acima de tudo, acção, visando combater os valores dominantes do neoliberalismo e a condenação de alguns déspotas, tiranos e corruptos que em certas áreas da Ásia, de África e da América Latina continuam a infligir a milhões de cidadãos sofrimentos incalculáveis. De oito em oito segundos morre uma criança no mundo por falta de alimentos, alertou no dia 14 a Organização das Nações Unidas (ONU).

Numa mensagem divulgada no México previamente ao «Dia Mundial da Alimentação», que se celebrou no dia 17, a ONU advertiu que cerca de onze mil crianças morrem diariamente no mundo por problemas relacionados com a falta de alimentação.

Funcionários da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO) divulgaram uma mensagem do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em que se indica que há 830 milhões de pessoas que sofrem fome



no mundo. Dessas 830 milhões de pessoas, 192 milhões são crianças menores de cinco

anos que «sofrem de deficiências de calorias e de proteínas». «Diariamente morrem onze mil crianças,

a fome é um factor significativo dessas mortes», sublinhou a ONU.

«As estatísticas sobre a fome que as crianças sofrem no mundo são particularmente aterradoras», segundo as quais de oito em oito segundos morre uma criança por falta de alimentos, indicou a mensagem de Kofi Annan.

«As crianças desnutridas não terão uma segunda oportunidade, porque uma boa alimentação posterior não pode compensar os danos físicos e mentais provocados nos primeiros anos da infância», salientou a ONU.

As maiores concentrações de pessoas que sofrem fome localizam-se em 44 países da Ásia e de África e em nove da América Latina.

O representante da FAO no México, o brasileiro Augusto Simões Lopes, disse que pelo menos oitenta países no têm alimentos suficientes e carecem de receitas para os comprar.

Adiantou que os problemas meteorológicos, os terremotos, as guerras e as alterações climáticas são obstáculos para se alcançar a meta de redução dos índices de desnutrição e mortes por falta de alimentos.

ESTRASBURGO

Paulo Casaca considera

APOIO A TIMOR LOROSAE DEVE SER PRIORIDADE ABSOLUTA DO PE

No decurso do debate sobre o Orçamento da União Europeia para o próximo ano, que decorreu no dia 26, no PE, em Estrasburgo, o eurodeputado socialista Paulo Casaca considerou que «apoiar a reconstrução económica e a edificação política de Timor-Leste livre, democrático e independente, não é só, nem fundamentalmente, uma questão de ajuda humanitária. É a afirmação de que a Europa que estamos a construir se rege por valores universais que não conhecem limites na sua projecção no mundo».

Na sua intervenção, Paulo Casaca exaltou a mensagem política que os eurodeputados estarão a dar ao votar favoravelmente a proposta de resolução legislativa sobre o Orçamento.

O voto favorável significará que «o apoio da Europa a Timor-Leste é uma prioridade absoluta do Parlamento para o Orçamento do ano 2000».

Segundo o eurodeputado socialista, membro da Comissão dos Orçamentos, o PE dará um sinal político inequívoco aos europeus e ao mundo, ao decidir, como uma das quatro grandes prioridades daquele



Orçamento, a contribuição financeira da Europa a favor de Timor.

Sublinhou, também, que, apesar das grandes limitações orçamentais, a Comissão Europeia conseguiu encontrar meios para responder às necessidades prementes, ainda em 1999.

Por isso, felicitou o Executivo comunitário pela «forma resoluta como está empenhada no apoio a Timor-Leste».

LETÓNIA

Visita

SEIXAS DA COSTA PREPARA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, deslocou-se nos dias 25 e 26 a Riga, na Letónia, para preparar a presidência portuguesa da União Europeia (UE).

Do programa da deslocação de Seixas da Costa, que se saldou num êxito a vários níveis, constaram, entre outros, encontros de trabalho com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Indulis Berzins, e com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros encarregue dos Assuntos Europeus, Maris Riekstins.

Seixas da Costa teve ainda oportunidade de proferir uma conferência sobre as relações externas da União Europeia a convite das autoridades letãs.

No decurso da sua visita, Seixas da Costa informou os seus interlocutores sobre o programa da presidência portuguesa, referindo em especial as perspectivas de evolução do processo de alargamento da UE.

Recorde-se que a Comissão Europeia apresentou recentemente o seu relatório sobre os progressos efectuados pelos países candidatos à UE.

Neste contexto, a Comissão Europeia reco-



mentou que se iniciassem as negociações com a Bulgária, a Eslováquia, a Letónia, a Lituânia, Malta e a Roménia, ou seja, todos os países candidatos com os quais não tinha sido ainda lançado o processo de negociações.

Da agenda de contactos, constou igualmente a análise dos desenvolvimentos no domínio da identidade europeia de segurança e defesa, que interessam particularmente à Letónia, simultaneamente candidata à adesão à NATO e à UE.

TRANSFERÊNCIA EXEMPLAR

Uma «excelente cooperação» tem marcado a questão da transferência da administração de Macau de Portugal para a China. Quem o garante é o chefe de Estado chinês, de visita ao País dos Descobrimentos.

Numa curta declaração distribuída à Imprensa à chegada a Lisboa, na passada terça-feira, dia 26, Jiang Zemin sublinhou que «a China e Portugal partilham amplos interesses comuns na nobre causa de promover a paz e o desenvolvimento do mundo». Mais tarde, o Presidente da República Popular da China salientou que a reanunção do «exercício da soberania sobre Macau simboliza um importante passo do povo chinês no processo de reunificação da pátria». «O futuro de Macau será indubitavelmente mais brilhante. O sucesso da solução da questão de Macau irá impulsionar, de um novo ponto de partida, o estabelecimento das relações de amizade e de cooperação entre a China e Portugal voltadas para o século XXI», acrescentou. Jiang Zemin falava no banquete de boas-vindas oferecido pelo seu homólogo português, Jorge Sampaio, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

O Presidente chinês começou e terminou o discurso falando em português, tendo iniciado a intervenção com um sonoro «boa noite» e encerrado-a lendo integralmente em



português o brinde que fez «à prosperidade de Portugal e à prosperidade do povo português, ao desenvolvimento da cooperação amigável entre a China e Portugal, à saúde do presidente Jorge Sampaio e senhora, das senhoras e dos senhores presentes».

Referindo-se à aprazada transferência de soberania de Macau, Zemin acentuou que, «depois do retorno» do território, o governo chinês aplicará firmemente os princípios de «um país, dois sistemas» e «a administração de Macau pela sua gente», bem como um alto grau de autonomia, mantendo a estabilidade e prosperidade de longo prazo.

Por seu turno, o Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou que a transferência de Macau constituirá um «momento ímpar» para Portugal e para a China, agradecendo ao seu homólogo chinês o apoio na questão timorense.

Dirigindo-se a Jiang Zemin durante o ban-

quete de honra, Jorge Sampaio salientou que Portugal pôde contar com a «construtiva posição da China» no seio do Conselho de Segurança da ONU durante as «semanas de horror que tão tragicamente se sucederam à livre escolha dos timorenses».

Referindo que importa agora olhar para os «desafios da reconstrução e do nascimento do novo Estado de Timor-Leste», Sampaio destacou a «importância do apoio da China nessa grande tarefa com que os timorenses se deparam, a qual dificilmente poderão levar a cabo sem a solidariedade da comunidade internacional e o empenho da maior potência regional».

A visita do chefe de Estado chinês constituiu igualmente «penhor do êxito da transferência do exercício da soberania sobre Macau», disse o Presidente português.

Recorde-se que no âmbito da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, assinada em 1987, a China reassumirá o exercício da soberania sobre Macau em 20 de Dezembro próximo, atribuindo ao território um estatuto de Região Administrativa Especial, com um elevado grau de autonomia.

Jorge Sampaio referiu que Portugal e a China assinalarão de «forma condigna» a cerimónia de transferência do território, que simbolizará a «forma exemplar como decorreu o processo de transição».

Portugal e a China «assumiram o compromisso, que soberam honrar, de uma responsabilidade partilhada na concretização de tais objectivos, no respeito pelas competências de ambas as partes», disse.

Sampaio manifestou-se também confiante no incremento das relações entre Portugal e a China, destacando que as trocas comerciais e comerciais, a cooperação científica e tecnológica e o intercâmbio cultural são «domínios de grande potencial para o futuro».

O Presidente garantiu ainda que Portugal vai procurar reforçar as relações entre a China e a União Europeia, cuja presidência assumirá no primeiro semestre de 2000, e acrescentou que a inserção da República Popular nas instituições internacionais constitui factor de equilíbrio e de estabilidade política e económica no contexto regional e mundial.

Do lado chinês foi deixada uma garantia: a China vai respeitar as «eventuais preocupações» da parte portuguesa relativamente ao estacionamento de tropas em Macau, que só deverão ser enviadas para o território após a transferência de administração a 20 de Dezembro.

Em conferência de Imprensa, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês e da delegação do Presidente da China em visita a Lisboa, Zhu Bangzao, assegurou: «A China decidiu enviar forças militares para a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) depois da transferência de administração, em conformidade com as disposições da Lei Básica e da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa».

Entretanto, Jorge Sampaio e o homólogo chinês já fizeram saber que estarão presentes na cerimónia de transferência de administração de Macau.

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO É META PRIORITÁRIA

O ministro da Ciência e Tecnologia Mariano Gago, que se mantém no cargo, disse no dia 21 que é sua política, nos próximos quatro anos, proporcionar, cada vez mais, visibilidade às instituições de investigação e aos seus cientistas.

Mariano Gago referia-se aos críticos que, em Portugal, já lhe chamaram «ministro virtual» e, admitindo que isso não o ofende, foi adiantando que as áreas do desenvolvimento científico, em qualquer governo, devem apostar essencialmente em mostrar à sociedade o trabalho desenvolvido nas instituições de investigação.

Segundo o ministro, não se conhecia em Portugal a relação directa entre o que se faz nas instituições de investigação e a importância deste «trabalho fundamental» para o desenvolvimento social.

Admitiu que haveria muitas maneiras de gerir a sua imagem, mas, notou, o seu trabalho continuará a assentar, prioritariamente, numa política de desen-



volvimento virada para mostrar à sociedade o trabalho desenvolvido nas instituições motoras do desenvolvimento científico e tecnológico.

«Parece-me que a forma mais eficaz de gerir esta pasta é, pura e simplesmente, dar o máximo ênfase às realizações concretas, e isso obriga o ministro a mostrar o que se está a fazer nas escolas e nos laboratórios e não a si próprio», notou

Mariano Gago.

De qualquer forma, admitiu, bem humorado, «essa de ministro virtual» assenta bem numa Sociedade da Informação.

Acrescentou que o mais importante é que a área da Ciência e da Tecnologia já tem uma «grande visibilidade».

Mariano Gago disse que o trabalho no ministério da Ciência e da Tecnologia vai prosseguir a aposta no desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Acrescentou que esta área desenvolveu-se durante a vigência do executivo anterior de uma forma que excedeu as melhores previsões.

«Julgo que teve impacto em todos os departamentos do Estado e foi particularmente notória nas relações dos serviços públicos com os cidadãos, desde áreas como a da Justiça, passando pela da Saúde e Administração Pública», disse.

O mais visível neste campo, prosseguiu o ministro, terá sido a ligação das escolas à

Internet. Partindo do zero, colocou Portugal rapidamente ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa.

Combate à info-exclusão

Mariano Gago disse que essa sua aposta foi de combate à info-exclusão, de facilitar aos mais novos o acesso às tecnologias da informação.

Entre o que montou, fez ainda referência ao Programa Cidades Digitais, que, nas suas palavras, procurou modificar o uso das tecnologias da informação à escala urbana.

Adiantou que considera o processo em fase experimental e que quer concretizar o seu alargamento à escala do país.

Entre as prioridades que apontou, mencionou a sua aposta no desenvolvimento das condições para o crescimento do Comércio Electrónico e para a criação dos mecanismos de certificação de competências na área das tecnologias da informação.

REVOLUÇÃO NO ANIVERSÁRIO DO MARIA MATOS

A peça «Blood Money – Instintos Mortais» assinalará o início das comemorações das três décadas de existência do Teatro Maria Matos e marcará o renascimento deste espaço de representação como pólo cultural da metrópole lisboeta.

Completam-se, amanhã, 30 anos desde a inauguração do Maria Matos, um palco por onde destilaram grandes nomes da cena portuguesa, que começou por ser privado, assumindo depois o seu cariz municipal. Este «apagar de velas» tem um significado muito mais lato do que o de simples efeméride. É que Câmara de Lisboa e direcção artística do Maria Matos-Teatro Municipal vão lançar também um projecto com inovações ao nível da programação, gestão e novos serviços.

A ideia de «acabar» com o velho Maria Matos e «ressuscitá-lo» com mais dinamismo e interesse traduz-se, também simbolicamente, numa ligeira alteração do nome. É que agora, em vez de Teatro Municipal Maria Matos, passa a chamar-se Maria Matos - Teatro Municipal.

Afirmam os dinamizadores do projecto que esta não será uma simples mudança de nome, mas um volte-face na filosofia de gestão deste e de outros teatros municipais, que deverão passar a ter autonomia, uma identidade e um público próprios.

O objectivo é melhorar a imagem do teatro através de uma maior exigência e rigor na escolha da programação que por lá passa, uma melhor informação, em suma, uma melhor qualidade de oferta.

A tarefa afigura-se difícil, conforme reconhece o director artístico do teatro, Miguel Abreu, mas também «um grande desafio». A criação de um director artístico para o



Maria Matos - o que acontece pela primeira vez num teatro municipal da capital - é recente e faz parte de todo o projecto para impulsionar aquela sala de espectáculos. Desde que foi comprado pelo município, em 1982, o Maria Matos nunca teve direcção artística e a selecção de espectáculos partia somente do departamento de cultura da Câmara.

Agora, a partir de um projecto global de programações, Miguel Abreu selecciona aquelas que «artisticamente» lhe «parecem mais interessantes». E, sublinha, «a selecção não é feita com base em gostos pessoais, mas em «critérios de qualidade».

Note-se que o Maria Matos é uma sala de acolhimento de diferentes companhias, por isso «deve estar preparada para receber tanto uma peça de Shakespeare como uma revista» e a divulgação deve ser feita junto do público certo.

As mudanças começaram a ser postas em prática em Março deste ano e já há projectos para o próximo.

Renascer com novos serviços

Em Janeiro de 2000 será lançado o «Ciclo Africacá», com espectáculos de música e dança de diferentes países africanos.

A organização de ciclos é mais um dos aspectos inovadores para fazer renascer o Maria Matos.

Assim, o teatro municipal deixará de ser um mero espaço administrativo, que acolhe diferentes companhias que trazem consigo um público próprio. O grande desafio é, pois, segundo Miguel Abreu, «criar-lhe uma identidade e um público com a sua própria dinâmica».

Os projectos para a alteração do teatro são diversos. Além de um director artístico, de uma selecção de espectáculos mais exigente em critérios de qualidade e da criação de ciclos programáticos, vai passar a haver outros serviços e iniciativas.

Organização de debates, lançamento das «Sesbentas do Maria Matos-Teatro Municipal»

e workshops artísticos inseridos nos diversos ciclos contam-se entre as novas iniciativas.

Um «Balcão de Atendimento & Acolhimento», a funcionar junto às bilheteiras, para dar informações, a «Linha Beatriz», a «Vitrine – Loja», o «Pólo Cultural Roma», o «Cartão Maria Matos-Teatro Municipal» e um serviço de *baby-sitting* são os novos serviços prestados pelo Maria Matos.

A «Linha Beatriz» disponibiliza o contacto de artistas e outros profissionais do espectáculo, «A Vitrine – Loja» terá à venda livros, discos, vídeos e programas.

O serviço de *baby-sitting* funciona no teatro ou em casa do espectador, com marcação prévia (48 horas de antecedência), para todos os espectáculos.

O Pólo Cultural Roma é uma associação informal criada pelo Maria Matos, no qual se integra aquele teatro, o cinema King, o Cinema Quarteto, a Livraria Assírio e Alvim e a Livraria Barata.

Em qualquer destes locais, o portador do cartão Maria Matos-Teatro Municipal beneficia de descontos e condições especiais de atendimento.

Uma transformação que implicará programas para formar funcionários, adequar as companhias residentes às novas dinâmicas de programação e preparar o teatro, enquanto espaço físico, para uma nova imagem, o que implica obras para reformular a plateia e para transformar o bar existente em café-teatro, o Foyer Café.

As companhias residentes, como lá estão há muitos anos, têm sido enquadradas, explica Miguel Abreu, enquanto outros departamentos organizativos surgiram, como o m.m.Escola, m.m.Formação, o Núcleo de Dramaturgia e os Comissários Artísticos.

ACÇÃO CONJUNTA FAMÍLIA/COMUNIDADE

A liderança forte das escolas e a interacção destas com a família e a comunidade são os requisitos fundamentais para lograr um aumento da segurança no meio escolar, conforme defendeu, no dia 21, em Coimbra, um responsável do Ministério da Educação.

Jorge Parracho, coordenador do Gabinete de Segurança nas Escolas, da secretaria de Estado da Administração Educativa, disse à Comunicação Social que «em escolas de zonas mais preocupantes, registaram-se vários casos em que a liderança forte dos responsáveis, feita com autoridade e não de forma autoritária, conseguiu resolver os problemas».

«A segurança nas escolas não pode depender de uma acção isolada, tem de ha-



ver uma coordenação plena e harmoniosa da triangulação família, escola e comunidade, porque, se é verdade que o meio influencia a escola, também se deve

interagir de forma a que a escola influencie o meio», sublinhou.

Para de Jorge Parracho, que participou, na passada segunda-feira, no encontro «Segurança nas escolas», promovido pela Câmara Municipal de Cantanhede, as perspectivas futuras são boas, uma vez que «as escolas estão a dar uma resposta muito boa e a comunidade está a envolver-se cada vez mais».

O coordenador do Gabinete de Segurança nas Escolas afirmou que a intervenção policial do programa «Escola Segura» está a adquirir cada vez mais um carácter pedagógico, uma vez que os problemas de intrusão de estranhos em estabelecimentos de ensino foram minimizados com uma melhor atenção das forças de segurança no exterior.

O distrito de Coimbra «não preocupa sobremaneira» o responsável, porque as suas escolas «ainda estão a tempo de fazer acções de formação e a prevenção», ao contrário de outras zonas do País, em que estas «estão a ser feitas sob pressão». A grande Lisboa, incluindo parte do distrito de Setúbal, e o grande Porto são os casos mais preocupantes, o que, de acordo com Jorge Parracho, se deve «a uma maior desagregação da família, aos problemas sociais existentes e a uma maior densidade populacional».

O encontro «Segurança nas escolas» continua sexta-feira, em Cantanhede, reunindo 160 participantes, entre educadores de infância, professores dos vários ciclos, técnicos superiores e auxiliares da acção educativa.

SOLIDARIEDADE

Ferro Rodrigues anuncia

APROVAÇÃO DA LEI DE BASES DA SEGURANÇA SOCIAL É PRIORIDADE

A aprovação no Parlamento da proposta de Lei de Bases da Segurança Social será a «primeira prioridade fundamental» de Ferro Rodrigues quando reassumir a pasta do Trabalho e Solidariedade no novo Governo.

A tentativa de aprovação daquele diploma, inviabilizado na última legislatura, foi anunciada no dia 21 por Ferro Rodrigues que se deslocou a Bruxelas para iniciar a preparação da presidência portuguesa da União Europeia (UE) - no primeiro semestre do próximo ano - no domínio social.

Ferro Rodrigues, que acrescenta às competências que tinha no anterior Executivo a da coordenação para a área social em que se inclui também a Saúde e Educação, acredita que as dificuldades em fazer aprovar aquela proposta se repartem, com a composição do Parlamento resultantes das eleições, por igual entre oposição e Governo.

«Não há maioria absoluta do PS. A dificuldade para fazer aprovar propostas até ontem parecia que acontecia só para o Governo. A partir de ontem essa dificuldade também passou a existir para as oposições», disse, referindo-se ao empate de 115 deputados entre PS e todos os partidos da oposição.

O ministro do Trabalho e Solidariedade



garantiu, por outro lado, que as funções acrescidas que lhe foram atribuídas no actual Governo visam apenas «contribuir com os titulares da Saúde (Manuela Arcanjo) e Educação (Guilherme de Oliveira Martins) para que haja «maior coordenação» e «respostas mais rápidas e eficazes» nas políticas sociais.

Áreas de acção governativa «em que há uma forte inter-relação», como a da Educação e formação profissional ou a Solidariedade e a Saúde, mas também a pre-

paração conjunta das alíneas de política social do Orçamento de Estado, «com muito peso na dotação global» das contas do Executivo, podem ser «favorecidas com a existência de uma coordenação deste tipo», exemplificou Ferro Rodrigues. «Eu vejo esta tarefa com entusiasmo e humildade. O trabalho de coordenação é um trabalho sobretudo de cooperação com os ministros titulares das pastas e são eles os responsáveis primeiros pela condução das políticas concretas do dia-a-dia. O trabalho de coordenação pode ter um papel importante para ajudar a que as coisas aconteçam o melhor possível», explicou.

A deslocação de Ferro Rodrigues a Bruxelas teve, no entanto, por objectivo, a apresentação à comissão europeia responsável pela área do Emprego e Assuntos Sociais, a grega Anna Diamantopoulou, das ideias do Executivo socialista para a presidência portuguesa da UE (primeiro semestre de 2000) no domínio das políticas sociais. Durante cerca de uma hora de reunião Ferro Rodrigues e Anna Diamantopoulou passaram em revista questões como a da igualdade de oportunidades, reinserção social e combate à exclusão na UE e, sobretudo, o emprego, tema que foi automatizado no Tratado de Amesterdão.

SINDICALISMO

UGT denuncia

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS CONTINUAM

O sector bancário com seus lucros aos milhões continua na sua maior parte a violar direitos dos seus trabalhadores.

Trata-se de uma situação insustentável. O trabalho extraordinário não remunerado é uma das violações, para além de certos bancos continuarem a discriminar as mulheres no processo de recrutamento.

Por isso, o secretário-geral da UGT, João Proença, denunciou no dia 15, no Porto, que o sector bancário continua a ser alvo de «violações dos direitos fixados na lei». João Proença defendeu uma «grande aposta no diálogo e negociação».

«Está em causa o respeito dos direitos dos trabalhadores», sublinhou.

O líder da central sindical da Buenos Aires salientou que «continuam a existir violações sistemáticas por parte de mi-



trabalho extraordinário remunerado.

João Proença falava na abertura de um encontro organizado pelo Sindicato dos Bancários do Norte que reuniu centenas de dirigentes sindicais para analisar as grandes questões que actualmente afectam os trabalhadores bancários e procurar definir novas formas de intervenção sindical.

Preocupação pelo emprego

O dirigente da UGT chamou a atenção para o facto de o sector se deparar com grandes mudanças ao nível das tecnologias e de mercado, salientando, por isso, ser fundamental que essa mudança tenha sempre presente a preocupação pelo emprego na sua dimensão quantitativa e qualitativa.

«Não está só em causa manter os postos de trabalho, mas melhorar as qualificações profissionais e as condições de trabalho», sublinhou.

João Proença apontou a melhoria da qualidade do emprego como a questão central do debate, na medida em que o sector bancário é cada vez mais um sector que compete na base da qualificação dos seus trabalhadores.

«É necessário que a formação seja reforçada, mas ao mesmo tempo é preciso reforçar o diálogo com os trabalhadores, na definição das carreiras profissionais e de funções», sublinhou.

O líder da UGT acrescentou que os bancários são actualmente «uma das classes mais qualificadas, com habilitações literárias muito superiores ao resto da economia».

J. C. CASTELO BRANCO

AUTARQUIAS



AUTARQUIAS

INICIATIVAS & EVENTOS

Albufeira

Autarquia faz obras nas escolas

A Câmara de Albufeira vai fazer obras nas escolas. Assim, a autarquia deliberou adjudicar a empreitada de ampliação da Escola de Brejos, incluindo arranjos exteriores e a construção da sala polivalente.

O município decidiu também adjudicar a empreitada de construção da cantina da Escola Primária de Ferreiras, que se prevê entre em funcionamento no próximo ano lectivo.

Amadora

Festival Internacional de BD

Até ao dia 7 de Novembro a Amadora é a capital da 9ª Arte, ou seja, a Banda Desenhada (BD).



O Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora, uma iniciativa camarária, foi inaugurado oficialmente no passado dia 22. Durante mais de 15 dias, a Fábrica da Cultura, Galeria Municipal Artur Bual, Recreios da Amadora, Espaço Delfim Guimarães, Casa Roque Gameiro, D. João V e Centro Nacional de BD e Imagem vão receber mais de duas dezenas de exposições individuais e colectivas de autores nacionais e estrangeiros.

Aveiro

Rua Direita entregue aos peões

A Rua Direita passou no dia 16 de Outubro oficialmente para os peões, 15 anos depois da decisão e ao fim de muitos séculos como um dos principais eixos viários da cidade de Aveiro.

A Câmara, em colaboração com a Associação Comercial de Aveiro, inaugurou no dia 16 a transformação da Rua Direita, repavimentada a calçada portuguesa, numa obra que ascendeu a 85 mil contos.

«Acabou por ser uma obra cara, porque aproveitamos a oportunidade para instalar a rede de gás e renovar as outras redes como o saneamento e a rede eléctrica», reconheceu o presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda.

O autarca considerou que «é agora a rua mais bonita de Aveiro e ainda vai ficar melhor com novo mobiliário urbano, na segunda fase».

Alberto Souto de Miranda referiu que vão ser estabelecidos critérios de coerência estética dos suportes publicitários e esplanadas, em diálogo com os comerciantes.



O presidente da Câmara disse estar optimista quanto à dinâmica comercial da Rua Direita, que teve quebra de negócios durante os trabalhos.

Alberto Souto de Miranda salientou que a Rua terá ainda maior movimento depois de ser feito o novo parque de estacionamento da Praça Marquês de Pombal, cujas obras estão para começar, segundo anunciou. O encerramento ao trânsito e a requalificação da Rua insere-se no projecto de urbanismo comercial apoiado pelo programa de apoio ao comércio PROCOM.

Animação de rua

A inauguração foi marcada por uma largada de balões e animação de rua.

A decisão de encerrar a Rua Direita ao tráfego automóvel foi tomada pela Câmara há 15 anos, mas a medida nunca chegou a ser concretizada devido ao protesto de vários comerciantes.

A vulgarização de medidas congéneres noutras cidades levou a uma progressiva aceitação por parte dos comerciantes e o encerramento acabou por figurar no projecto de urbanismo comercial, promovido conjuntamente pela Associação Comercial de Aveiro e pela autarquia.

A Rua Direita foi durante muitos séculos um eixo determinante da configuração urbana de Aveiro e quando a cidade era muralhada fazia a ligação da Porta da Vila à Porta da Ribeira e entre a zona nobre e os bairros mais mercantis e populares.

Cascais

Plano Municipal do Ambiente

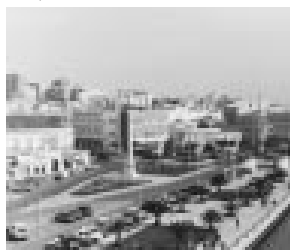
A Câmara de Cascais promove desde o dia 27 de Setembro e até 3 de Dezembro um conjunto de exposições na área do ambiente, com o objectivo de recolher junto dos seus munícipes as sugestões para a elaboração da Agenda Local XXI, instrumento coordenador de todas as potencialidades ambientais do concelho.

A Agenda Local XXI é um plano municipal do ambiente que funciona como base de contratualização entre a autarquia de Cascais, instituições e agentes económicos com responsabilidades nesta área, tendo em vista uma melhoria ambiental do concelho.

Faro

Câmara apoia clubes desportivos

A Câmara Municipal de Faro vai atribuir um apoio financeiro aos clubes desportivos do concelho, cujo montante ultrapassa os 18 mil contos, correspondendo a um acréscimo de 17,8 por cento relativamente a 1998.



Com a atribuição destas verbas a autarquia da capital algarvia reconhece o importante papel do desporto, bem como o decisivo contributo que para a sua prática tem tido o movimento associativo.

Contratos-programa

A concessão destes apoios vai ser efectuada através da celebração de contratos-programa com os clubes.

Felgueiras

Contribuições financeiras para Timor Lorosae

A Câmara Municipal de Felgueiras aprovou, recentemente, por unanimidade, a promoção de uma grande campanha que visa a angariação de contribuições financeiras para ajudar na reconstrução das infra-estruturas de Timor Lorosae.



Trata-se de uma iniciativa na qual está previsto o envolvimento de instituições concelhias, no sentido de a tornar mais abrangente.

Sintra

Melhorada rede de equipamentos para as crianças

O município de Sintra adjudicou a empreitada de ampliação e remodelação da Es-

cola Básica n.º 3 de Aigualva-Cacém, pelo valor de 40 mil contos.

A autarquia decidiu também adjudicar a empreitada para a execução do Centro de Acolhimento Temporário e Jardim-de-Infância de Casal de Cambra por cerca de 90 mil contos.

Vila Real de S. António

Dança flamenca

O município de Vila Real de S. António organizou recentemente um espectáculo de dança flamenca no Centro Cultural António Aleixo.



Esta iniciativa integrou-se no ciclo de animação cultural «Dias de Levante», que a autarquia lançou no princípio de Julho e que se prolongou até finais de Setembro, com mais de uma centena de espectáculos e eventos em todo o concelho.

Valença

Campo da Feira entrou em funcionamento

É uma obra notável. A Câmara Municipal de Valença colocou no passado dia 27 de Outubro em pleno funcionamento o recinto da Feira Semanal de Valença, cujo valor ascendeu a 250 mil contos e alberga de imediato os 346 feirantes.



Trata-se de um espaço moderno e amplo, com todas as infra-estruturas necessárias, que oferece a todos os feirantes e visitantes excelentes condições, com todo o espaço empedrado em calçada à portuguesa e luz pública.

De salientar ainda que todos os espaços se encontram devidamente sinalizados e que esta área possui sanitários, espaços verdes e uma grande implantação de árvores.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

X Congresso PS

O prazo para entrega de moções globais ao X Congresso dos socialistas açorianos, que decorre em Dezembro, termina na próxima terça-feira, prevendo-se que haja um único documento estratégico, apresentado pelo líder regional, Carlos César.

O dirigente socialista Eduardo Vieira disse que as eleições de delegados ao Congresso, a decorrer na ilha de S. Miguel a 10, 11 e 12 de Dezembro, realizam-se nas várias secções do partido distribuídas pelas nove ilhas a 18, 19 e 20 de Novembro.

Com base na moção apresentada por Carlos César, os congressistas do PS vão aprovar a estratégia do partido para as próximas eleições regionais, previstas para finais de 2000.

Mas o X Congresso do PS/Açores, o segundo com os socialistas no poder nas ilhas, vai, em primeiro lugar, consagrar uma «renovação de estruturas», através da «entrada de sangue novo», referiu Eduardo Vieira.

Na última reunião magna dos socialistas açorianos, em Maio de 1997, Carlos César conseguiu o «pleno» dos votos dos delegados ao Congresso.

Sob a sua liderança o PS tinha acabado de ganhar, pela primeira vez em duas décadas de autonomia, as eleições para a Assembleia Regional, assumindo, por isso, o Governo.



ALEMANHA

Comunicado da Federação

Em carta dirigida no dia 14 ao ministro da Defesa da República Federal da Alemanha, Rudolf Scharping, a Federação do PS na Alemanha «manifestou o seu contentamento com a decisão tomada pelo Governo alemão, em enviar forças militares para Timor Lorosae, a fim de prestarem apoio humanitário ao nosso povo irmão».

Na missiva, o PS na Alemanha salienta, ainda, «o contributo para um melhor e mais pacífico futuro do povo timorense, oprimido que foi ao longo de décadas, que será prestado, também pela Alemanha, que em conjunto com a comunidade internacional se decidiu finalmente a favor da existência de Timor Lorosae e da sobrevivência dos timorenses e contra a potência agressora, Indonésia».

COIMBRA

Penedos candidato

O camarada Paulo Penedos, ex-líder da JS de Coimbra, anunciou no dia 15 a sua candidatura a presidente da Federação Distrital do PS, defendendo uma «renovação tranquila» do partido e pedindo à geração de Fausto Correia para passar o testemunho.

«Penso que a melhor homenagem que se pode prestar à geração de Fausto Correia (actual líder da distrital), Manuel Machado (presidente da Câmara de Coimbra), João Rui de Almeida (deputado) e Luís Marinho (eurodeputado) é permitir que a Federação de Coimbra tenha condições de, com serenidade, sem sobressaltos e em unidade, começar a preparar o futuro hoje», sublinhou Paulo Penedos.

«Caso Fausto Correia avance (para a recandidatura), desisto», referiu. Líder da JS de Coimbra entre 1990 e 1995, Paulo Penedos, de 30 anos, é o primeiro socialista a apresentar-se como candidato à sucessão de Fausto Correia, que lidera a Federação há 12 anos.

Ao anunciar a sua candidatura - numa sessão num hotel de Coimbra em que esteve presente o líder da JS, Sérgio Sousa Pinto - Paulo Penedos disse fazê-lo «em nome de uma renovação tranquila do PS».

«Faço-o sem pretender excluir ou marginalizar quem quer que seja, consciente de que o trabalho partidário só é possível - como aprendi com Fausto Correia - fazendo participar todos», acrescentou.

Respondendo a questões dos jornalistas, Paulo Penedos disse que um pressuposto da sua candidatura é a intenção de Fausto Correia de não se recandidatar.

Instado a declarar se pretende pedir o apoio de Fausto Correia, Paulo Penedos defendeu que «nenhum líder carismático deve cair na tentação de indicar um sucessor».

Zero por cento de apoios

«Parto com zero por cento de apoios, vou angariá-los a partir de hoje», afirmou.

O ex-ministro da Defesa Veiga Simão - em cujo gabinete Penedos desempenhou a função de consultor jurídico - enviou uma mensagem em que associa a juventude e a experiência do candidato para assegurar a sua capacidade em «formular respostas inovadoras aos grandes desafios que se aviznam».

Por outro lado, escusou-se a comentar possíveis candidaturas de Victor Baptista e de Luís Parreirão à liderança da Federação Distrital do PS de Coimbra.

«Não estou aqui para discutir pessoas mas políticas», observou.

Actualmente advogado numa sociedade de juristas de Lisboa, Paulo Penedos disse que tem sofrido pressões para não se candidatar devido à sua juventude, mas citou os casos de Fausto Correia, Manuel Machado e de Luís Marinho que foram líderes da Distrital «muito novos».

A iniciativa de transformar Coimbra em capital da saúde e a implantação de grandes projectos e investimentos são algumas das medidas defendidas por Penedos para a cidade «sair do clima pseudodepressivo» e para que as pessoas da sua geração nela se possam fixar.

«Por Coimbra, pelo PS, com entusiasmo e determinação» é o lema da candidatura de Paulo Penedos.

FRANÇA

Comunicado da Federação

O Secretariado da Federação de França do PS, reunido em Paris, após o apuramento dos votos da Emigração europeia, em face dos resultados, «congratula-se com esta vitória histórica, muito particularmente com a maioria absoluta nas Federações de França, Alemanha e Suíça e maioria relativa nos restantes países».

Assim, a Federação do PS/França saúda «os nossos compatriotas residentes na Europa, pelo reconhecimento esclarecido da acção relevante do último Governo e em particular de António Guterres, pela confiança que depositaram no projecto de sociedade que os socialistas propõem».

No comunicado, a Federação do PS/França agradece a todos os militantes e simpatizantes «o empenhamento reiterado, os sacrifícios consentidos, nomeadamente durante a campanha eleitoral».

«Se a vitória do PS no seu conjunto geográfico merece ser festejada no sentido de uma renovada concepção da vida política, assente numa gestão rigorosa, na generosidade solidária, na justiça social, servida pela imaginação criativa, novo alento é necessário instaurar na governação, em particular nalgumas áreas prioritárias», lê-se no comunicado.

Para a Federação de França do PS; há que prosseguir no rumo do êxito: «Sempre mais e melhor.»

O comunicado refere ainda que «a emigração emerge nestas eleições como uma componente política de pleno direito e indispensável à estabilidade política em Portugal».

MADEIRA

Comunicado de Mota Torres

A propósito de uma notícia vinda a público no dia 24 em que é atribuída a Mota Torres a intenção de afastar André Escórcio da vice-presidência do PS/Madeira, o camarada Torres emitiu um comunicado, no qual esclarece que não teve nem tem «qualquer intenção de afastar nenhum militante ou dirigente regional do partido», seguro que está de que «todos são absolutamente necessários ao trabalho e ao sucesso do PS/Madeira».

O presidente do PS/Madeira adianta ainda: «No caso particular de André Escórcio acresce a circunstância de ser um militante e dirigente que eu próprio convidei para meu vice-presidente, pessoa em quem mantenho total confiança política e por quem nutro grande consideração e estima».





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Eliminatória em Albufeira

Amanhã, pelas 21 e 30, realiza-se, no Auditório Municipal, a terceira das seis eliminatórias que compõem o III Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira».

Conferências em Coimbra

No dia 30, às 15 horas, assista, na Casa Municipal da Cultura, à conferência «O Século da Educação».

Este fim-de-semana decorrerá, no mesmo local, mas a partir das 10 horas, as V Jornadas de Etno-folclore com a participação da Associação de Folclore e Etnografia da Região do Mondego.

Os Ad Libitum (Pedro Pacheco, António Gonçalves e João Luís Lobo) actuarão, na próxima quarta-feira, dia 3, pelas 21 e 45, no Teatro Académico Gil Vicente, em mais uma sessão do III Ciclo de Quartas – Jazz'99.

O Café-Galeria Almedina alberga, até ao final do mês de Novembro, uma mostra fotográfica da autoria de J. Carlos.

Teatro em Fafe

As noites fafenses serão animadas, a partir das 21 e 30, com «cenas» teatrais, no âmbito do I Encontro de Teatro do Vale do Ave, que decorre, até ao dia 6 de Novembro, no Estúdio Fénix, com entrada livre para todos os espectáculos.

Assim, hoje o Teatro Corsário apresenta «Coplas por la Muerte», uma peça inspirada em textos poéticos da Idade Média e do Renascimento, sob a direcção de Fernando Urdiales.

Amanhã, a Companhia de Teatro de Braga interpretará «A Pior das Profissões», com texto de Boris Vian e encenação de Carlos Feio.

O teatro Vitrine está em cena na quarta-feira, dia 3, com a peça «Contos com Desencontros».

Coros em Faro

Hoje, às 15 horas, a delegação farensê do Instituto Português da Juventude será palco para «Conversas de Teatro».

O I Encontro das Associações Culturais – Animação com Orquestras de Metais e Coros decorre, este sábado, a partir das 21 horas, no Conservatório com a participação do Ensemble de Guitarras.

O Conservatório acolhe, no domingo, dia 31, pelas 16 horas, o XV Festival de Coros.

Vídeo em Guimarães

Hoje, o Cinema São Mamede exhibe a mais recente realização de Simon West, «A Filha do General».

A mesma sala de espectáculos estreia «A Mansão», um filme de terror de Jan Bont, que poderá ser visto a partir de amanhã e durante o fim-de-semana.

Hoje, e amanhã, o Ultimatum – Café Jazz Café será palco para o espectáculo do Cristina Oliveira Quarteto, que se realiza pelas 23 horas.

Para os mais pequeninos haverá sessões de vídeo. «Flinstones – Fábulas Fantásticas» será o filme exibido amanhã, a partir das 10 e 30, nas manhãs infantis da Biblioteca Municipal Raúl Brandão.

Cinema em Lisboa

«Poesia para todos», um espaço destinado à vivência poética, volta à Delegação Regional do IPJ, hoje, às 14 e 30, com a participação de Carlos Carranca e do maestro Jorge Machado.

Amanhã, dia de estreias cinematográficas, as salas de espectáculos lisboetas recebem as fitas de Michael Hoffman, «Sonho de uma Noite de Verão de William Shakespeare»; de João César Monteiro, «As Bodas de Deus»; e de Jan De Bont, «A Mansão».

A Sala 1 do Teatro da Comuna foi o cenário escolhido para a representação de «Doença da Morte», uma obra de Margarete Duran.

Com encenação de Adriana Queiróz, cenografia e figurinos de Mafalda Estácio e interpretações de Adriana Queiróz e Ivo Canelas, esta peça estará em cena até domingo.

Jornadas em Matosinhos

Durante o mês de Novembro, realizam-se, no Gabinete Municipal de Arqueologia e História, as III Jornadas de História e Património.

Desporto em Montemor-o-Velho

No dia 30, pelas 21 horas, a Sede da Associação Cultural, Desportiva e Social da Eira será palco de um concerto com a Filarmónica 25 de Setembro.

O Campo do Centro de Recreio Popular de Formoselha foi o local escolhido para que no domingo, dia 31, às 17 horas, seja disputado o primeiro jogo de futebol do Campeonato Distrital do Inatel.

Artes Plásticas em Portimão

Até quarta-feira, dia 3, poderá visitar a mostra de artes plásticas «Sinais de Água», que se encontra patente na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal.

Literatura no Porto

A Cooperativa Cultural Árvore, a Fundação Engenheiro António de Almeida e a livraria Modo de Ler promovem o ciclo comemorativo dos 30 anos de actividade literária de Mário Cláudio.

O programa passa para a Cooperativa Árvore, hoje, dia em que Germano Silva e Hélder Pacheco falam da cidade do Porto

na obra de Marro Cláudio e Francisco Rebelo das obras de teatro do escritor.

A semana literária termina amanhã com Maria Alzira Seixo a dissertar sobre a prosa de Mário Cláudio e com a leitura de textos por João Lourenço, culminando a sessão de encerramento com uma actuação do Coro Madrigália.

Exposições em Sintra

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês tem patente ao público, até sábado, dia 30, uma exposição intitulada «Literatura Policial – Repórter X, Reinaldo Ferreira». Constituída por duas dezenas de painéis ilustrativos, a mostra pretende dar a conhecer algumas das obras literárias do género policial e a obra de Reinaldo Ferreira, um jornalista-escritor que se tornou conhecido sob o pseudónimo «Repórter X».

Esta exposição pode ser visitada, hoje e amanhã, entre as 10 e as 20 horas, ou no sábado, das 15 às 20 horas.

No Museu do Brinquedo, uma outra exposição - «Guerra das Estrelas» -, esperará por si até ao dia 15 de Janeiro de 2000.

Esta mostra inclui as diferentes figuras representativas das personagens que compuseram a saga de George Lucas com o mesmo nome, evidenciando as transformações que sofreram ao longo de duas décadas (1977-1997).

A exposição encontra-se aberta ao público na Sala de Exposições Temporárias do Museu, de terça a domingo, entre as 10 e as 18 horas.

Moda em Vila Real de Santo António

Os pequenos cantores do grupo Coral Osnonoba actuam, este sábado, às 21 e 30, no Centro Cultural António Aleixo (CCAA).

Um dia depois, no mesmo local e horário haverá um desfile de «Moda Pombalina».

A mostra «Do que Vos Deixo» evocará a vida e obra do conhecido poeta algarvio, permanecendo patente até ao dia 16 de Novembro, no CCAA.

A exposição consta de 11 instalações de José Laginha, designer, bailarino e coreógrafo radicado em Loulé.

Música Cubana
Orquestra Aragón
 Maestro, violino e canto
Rafael Lay Bravo
 28 de Outubro, 21h30
 Grande Auditório
CULTURGEST

SUGESTÃO

ALVIN AILEY AMERICAN DANCE THEATER

Uma grande companhia de dança está a celebrar o seu 40º aniversário.

Durante as últimas quatro décadas estabeleceu-se como uma das mais marcantes referências da cultura norte-americana.

Trata-se do Alvin Ailey American Dance Theater, que hoje e amanhã, no sábado e no domingo, fará as delícias da assistência do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém.

Cada ano a referida companhia apresenta, em digressões por todo o mundo, um repertório diverso que passa pela dança moderna e novas criações. A companhia Alvin Ailey leva ritmos, movimentos e espectáculos electrificantes a públicos de todas as idades.

O maravilhoso mundo da dança estará ao alcance dos amantes do género artístico já hoje, com as coreografias «Night Creature», «Cry», «Bad Blood» e «Revelations».

Para o fim-de-semana a Alvin Ailey American Dance Theater reservou «Streams», «Ascension», «Grace» e «Revelations».

Hoje, amanhã e no domingo haverá apenas um *show*, às 21 e 30. No sábado a sessão será dupla, com apresentações às 16 horas e às 21 e 30.

A não perder!



POEMA DA SEMANA
 Selecção de Carlos Carranca

*Tu,
 és o anjo negro
 da boca...*

do meu corpo

Maria Teresa Horta
 In «Os Anjos, Lítexa Portugal 1983»



EMPATE TÉCNICO E GOVERNABILIDADE

A evolução final dos resultados eleitorais, ao conduzir a um empate técnico (115-115) criou uma situação inédita na vida parlamentar portuguesa. Numa análise demasiado simplificada tem sido dito que, com este resultado, se criaram duas «maiorias» de bloqueio (a da oposição e a do governo) que teoricamente poderão inviabilizar qualquer produção legislativa na Assembleia independentemente da sua origem. Não é, contudo, rigorosamente assim. Efectivamente a oposição, em condições normais, fica limitada à rejeição de documentos essenciais que sejam de competência exclusiva da Assembleia da República como, por exemplo, o Orçamento de Estado ou as leis eleitorais. Em contrapartida o Governo mantém a sua capacidade legislativa, quer seja exercida através do Parlamento quer seja concretizada através de decretos-lei ou decretos-regulamentares, em matérias que não sejam de competência exclusiva do Parlamento. É que esta situação de empate inviabiliza

toda a acção da oposição parlamentar em matéria de ratificação ou reapreciação de leis o que deixa o governo com uma enormíssima margem de acção política. Poderá dizer-se que o governo pode fazer tudo o que precisar no domínio da governação corrente, incluindo naturalmente leis de reformas ou de mudanças significativas das políticas sectoriais e fica sujeito à fiscalização parlamentar apenas nas leis estruturantes do regime e no exercício do poder financeiro (Orçamento de Estado). Resta ainda para a oposição a possibilidade de derrubar o governo através da aprovação de uma moção de censura. É pois verdadeiramente um tempo parlamentar novo o que agora se inicia. Um tempo novo e um tempo de esperança. O governo socialista da legislatura anterior preparou as reformas essenciais de que o país carece urgentemente. E fê-lo sem rupturas com a evolução normal das políticas sociais e das políticas económicas e num quadro de conformação com os imperativos da adesão à zona monetária óptima que é constituída pelo espa-

ço da União Europeia. É agora o tempo de concretizar no plano simbólico e estrutural essas mudanças. Desde logo a mudança do sistema fiscal executando todos os objectivos fixados na Resolução do Conselho de Ministros que aprovou a Reforma Fiscal. Não por razões exclusivamente técnicas, mas sim por razões predominantes de justiça social e equidade. Depois a mudança e o reforço do sistema de representatividade, assegurando transparência, fiscalização e reconhecimento dos agentes políticos pelos seus eleitores mais directos. Finalmente a Reforma do Estado e da Administração Pública, verdadeiro factor de competitividade da sociedade portuguesa no mundo globalizado em que vivemos e factor essencial para o progresso e o crescimento económico e social do País. A vontade do governo nestes domínios não encontrará, seguramente, nenhum obstáculo no Parlamento agora instalado, pois terá inequivocamente o apoio do GP/PS.

«A RTP 1, em 92, adoptou por copiar todo o produto mau da concorrência»

António Reis
Grande Plano, Setembro

«Confunde-se informar com entreter»

Idem, ibidem

«O programa "Zip-Zip" era censurado dentro do Villaret, e, quando acabava a gravação, o censor de serviço dava-nos a lista dos cortes e nós negociávamos»

Carlos Cruz
Revista do Expresso, 23 de Outubro

«A censura muitas vezes recuou, porque o programa tinha grande força. E chegámos até a ser proibidos de perguntar às pessoas quanto ganhavam por mês»

Idem, ibidem

«Para morrer, mais vale morrer pela Pátria. Para morrer, mais vale morrer pelo povo»

Xanana Gusmão
Remexio, 24 de Outubro

«A terceira via não é modelo exportável»

José Lamego
Diário de Notícias, 22 de Outubro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz